



UNILASALLE
CENTRO UNIVERSITÁRIO LA SALLE



ÂNGELA ELISABETE IÄHNIG

**MAPEANDO UM PATRIMÔNIO CIENTÍFICO (1981-2012):
PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE A DROGADIÇÃO NO BRASIL
(COMUNIDADES TERAPÊUTICAS, REDUÇÃO DE DANOS E
POLÍTICAS PÚBLICAS)**

CANOAS, 2013.

ÂNGELA ELISABETE IÄHNIG

**MAPEANDO UM PATRIMÔNIO CIENTÍFICO (1981-2012):
PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE A DROGADIÇÃO NO BRASIL
(COMUNIDADES TERAPÊUTICAS, REDUÇÃO DE DANOS E
POLÍTICAS PÚBLICAS)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional em Memória Social e Bens Culturais, na linha de pesquisa Memória e Linguagens Culturais, do Centro Universitário La Salle – UNILASALLE, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Memória Social e Bens Culturais.

Orientadora: Prof^a Dra. Rosa Maria Castilhos Fernandes

CANOAS, 2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

I11m Iähnig, Ângela Elisabete.
Mapeando um patrimônio científico (1981-2012) [manuscrito] :
produção acadêmica sobre a drogadição no Brasil (comunidades
terapêuticas, redução de danos e políticas públicas) / Ângela Elisabete
Iähnig. – 2013.
82 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Memória Social e Bens Culturais) – Centro
Universitário La Salle, Canoas, 2013.
“Orientação: Profª Dr.ª Rosa Maria Castilhos Fernandes”.

1. Memória social. 2. Produção científica. 3. Políticas públicas. 4.
Drogas. I. Fernandes, Rosa Maria Castilhos. II. Título.

Bibliotecário responsável: Melissa Rodrigues Martins - CRB 10/1380

ÂNGELA ELISABETE IÄHNIG

MAPEANDO UM PATRIMÔNIO CIENTÍFICO (1981-2012): PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE A DROGADIÇÃO NO BRASIL (COMUNIDADES TERAPÊUTICAS, REDUÇÃO DE DANOS E POLÍTICAS PÚBLICAS)

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional em Memória Social e Bens Culturais, na linha de pesquisa Memória e Linguagens Culturais, do Centro Universitário La Salle – UNILASALLE, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Memória Social e Bens Culturais.

Aprovada pela banca examinadora em 26 de março de 2013.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Cleusa Maria Gomes Graebin
Unilasalle

Prof. Dr. Julio Cesar Walz
Unilasalle

Prof^ª Dr^ª Miriam Thais Guterres Dias
UFRGS

Prof^ª Dr^ª Rosa Maria Castilhos Fernandes – Orientadora
Unilasalle

AGRADECIMENTOS

A Deus, em quem estão escondidos todos os tesouros da sabedoria e da ciência.

À minha mãe, Wanda, pelo apoio e contínuas (e necessárias) orações.

Às minhas irmãs, Anete e Carla, pelo companheirismo materializado nas leituras, discussões e “palpites” e na dedicada revisão dos textos realizada pela Carla.

À Professora Rosa Fernandes, por aceitar o desafio de assumir a orientação desta pesquisa, com fundamental contribuição no direcionamento da dissertação.

À Professora Cleusa Graebin, pelo incentivo à cursar o Mestrado Profissionalizante e pela atenção especial e encaminhamento para o desenvolvimento deste trabalho.

Aos professores e colegas de aula pelo aprendizado em conjunto.

Aos colegas da UFRGS pelo estímulo e à Instituição, que tem incentivado seu corpo técnico a buscar maior qualificação.

Tem uma lista extensa de amigos que estiveram presentes com suas orações, estímulo, e torcida, o que foi uma grande ajuda para perseverar.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo mapear a produção acadêmica relativa à drogadição existente na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD. Trata-se de uma investigação de natureza quantitativa e qualitativa que explorou fontes de caráter documental (teses e dissertações), visando à compilação de dados e à análise de informações relacionados à temática, que resultou na construção de um documento final, o Catálogo intitulado “Mapeando um Patrimônio Científico (1981-2012): Produção Acadêmica sobre a Drogadição no Brasil (Comunidades Terapêuticas, Redução de Danos e Políticas Públicas)”. As teses e dissertações foram recuperadas da base de dados da BDTD, priorizando-se aquelas pertinentes a três categorias relacionadas ao uso da droga: “Comunidades Terapêuticas”, “Redução de Danos” e “Políticas Públicas”. Por tratar-se de um curso de Mestrado Profissionalizante na área da Memória Social e Bens Culturais, além de abordar-se as três categorias escolhidas, inserem-se nessa dissertação algumas reflexões teóricas sobre os tópicos que subsidiaram a investigação, envolvendo temas atinentes à memória científica, documento, biblioteca digital e patrimônio científico. O Catálogo elaborado tem como finalidade a socialização do conhecimento sobre drogadição produzido na Pós-Graduação das Instituições de Ensino Superior no Brasil, a ser disponibilizado à comunidade em geral e de modo especial aos profissionais que atuam na área. O referido documento será reproduzido em mídia CD e no formato de e-book, para distribuição e divulgação junto às instituições e entidades ligadas à questão da drogadição.

PALAVRAS-CHAVES: drogadição, patrimônio científico, comunidades terapêuticas, redução de danos, políticas públicas.

ABSTRACT

The present research aims to map the academic production relating to the drogadiction existing in Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations - BDTD. It is about an investigation of a quantitative and qualitative nature which explored sources of documental character (theses and dissertations), aiming at data compilation and analysis of information related to the subject, which resulted in the construction of a final document, the catalog entitled "Academic Production About Drogadiction in Brazil: A Scientific Heritage". The theses and dissertations were retrieved from the BDTD database, prioritizing those that are part of the three categories related to drug use: "Therapeutic Communities," "Harm Reduction" and "Public Policies". As this is a Masters Degree in the area of Professional Social Memory and Cultural Heritage, besides addressing the three chosen categories, besides addressing the three categories are chosen, are part of this dissertation some theoretical reflections on topics that subsidized the study, involving topics pertaining to scientific memory, document, digital library and scientific heritage. The elaborated catalogue aims to the socialization of knowledge about drogadiction produced at The Graduate of Higher Education Institutions in Brazil, to be available to the community in general and especially to professionals in the area. The paper will be reproduced on CD media and on e-book format for distribution and dissemination to institutions and entities related to the issue of drogadiction.

KEY-WORDS: drogadiction, scientific heritage, therapeutic communities, harm reduction, public policy.

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

Quadro 1 – Número de pesquisas constantes no Catálogo

Quadro 2 – Resultado da busca por termo

Quadro 3 – Produção anual de teses e dissertações

Gráfico 1 – Quantitativo de pesquisas por termo

Gráfico 2 – Quantitativo de pesquisas por Instituição de ensino Superior

Gráfico 3 – Quantitativo de pesquisa por década

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 DROGADIÇÃO: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA	16
2.1 Comunidade Terapêutica e a interlocução com a questão da drogadição	17
2.2 Redução de Danos: uma abordagem em debate	21
2.3 Políticas Públicas Relacionadas às Questões da Drogadição	24
2.4 Produção acadêmica: um patrimônio científico	30
3 CAMINHOS METODOLÓGICOS	38
3.1 As aproximações com o problema de pesquisa	38
3.2 Notas sobre a coleta e análise dos dados e informações	41
4 AS PRODUÇÕES BIBLIOGRÁFICAS EM DESTAQUE	45
4.1 Os Achados da Pesquisa	45
4.2 O desenho do Catálogo “Mapeando um Patrimônio Científico (1981-2012): Produção Acadêmica sobre a Drogadição no Brasil (Comunidades Terapêuticas, Redução de Danos e Políticas Públicas)”	53
CONCLUSÃO	55
REFERÊNCIAS	59
APÊNDICES	63

1 INTRODUÇÃO

O tema da drogadição está na pauta de diversos segmentos da sociedade, diferenciando-se apenas quanto ao contexto em que se inserem. Entre os envolvidos, nessa temática, podem ser citados os que se tornaram dependentes químicos, os que sofrem diretamente por essa dependência, os que se preocupam socialmente e assumem propostas de solução, assim como aqueles que se envolvem na pesquisa e estudos das causas, efeitos e possibilidades de sanar o problema.

Considerando-se as origens do uso da droga no Brasil, a década de 1950 mostra-se como o período mais marcante. Já ali a droga gerou discussões e movimentos, tanto no sentido de inibir, como de liberar o seu uso, especialmente porque, nesse momento, sua utilização tinha reflexos mais individuais e não era possível dimensionar os danos sociais dela consequentes. Por essa razão, também o assunto permanecia distante das políticas públicas, das discussões dos segmentos sociais e das pesquisas acadêmicas.

Entretanto, já desde o início do século passado, essa situação era discutida e alvo de reflexões em nível nacional e internacional. Em 1946, a Organização das Nações Unidas criou a Comissão de Narcóticos, alertando para a necessidade de atuar na repressão do tráfico de drogas, que na época tinha um contexto mais vinculado à violência e à evasão de recursos financeiros. A partir da década de 1960, foram realizadas algumas convenções que conduziram à mobilização dos Estados-membros, neles incluído o Brasil, no sentido de investir na repressão ao tráfico de drogas ilícitas e dar outras providências necessárias à situação.

De acordo com recente estudo da Universidade Federal de São Paulo, divulgado na imprensa local, “o Brasil é hoje o segundo maior consumidor de droga no mundo” (Metro, 2012, p. 5), o que significa que, apesar do conjunto de ações aplicadas atualmente, em nível nacional, visando erradicar e/ou sanar as consequências da dependência química, o consumo de drogas não pára de crescer no Brasil. O reconhecimento de que a dependência química se tornou um problema social de grandes proporções, principalmente a partir da década de 2000, mobilizou diversos setores do país, gerando discussões, pesquisas, proposições de alternativas de tratamento, legislações e outras ações na busca de soluções que visam amenizar as dificuldades encontradas, bem como proporcionar qualidade de vida para usuários e não usuários de drogas.

Fato é que a dependência química é um problema antigo e de significativa abrangência, pois atinge todas as camadas sociais do país. O contexto de vulnerabilidade não se restringe à pobreza, como em outros temas, nem tampouco se refere à riqueza. A vulnerabilidade tem dimensões sociais muito amplas, que conduzem à necessidade de compreender o tema a partir de seu contexto histórico e da história das ações a ela concernentes.

Com o crescimento da população usuária e as consequências danosas que a droga causa, surge a necessidade de novas ações, inclusive buscando a proteção da população não usuária. No contexto da drogadição, aparecem doenças transmissíveis e o aumento da violência urbana, entre outros fatores.

Em função disso, começam a surgir pesquisas no meio acadêmico e discussões promovidas por diversos setores da sociedade comprometidos com a causa, visando compreender o contexto da dependência química e buscar alternativas adequadas à gravidade da situação. No cenário das ações de governo, encontra-se o envolvimento dos órgãos estatais com as instituições de ensino superior, especialmente no segmento da pesquisa, estimuladas à participação para buscar novos conhecimentos, diagnosticar o problema e contribuir na elaboração de metodologias e ações que auxiliem nas tratativas relacionadas ao uso de drogas. Como resultado dessa mobilização acadêmica, atualmente existem inúmeras pesquisas concernentes à drogadição que oferecem diferentes visões, alternativas e resultados, o que certamente contribui para a necessária reflexão e encaminhamentos adequados aos casos encontrados no contexto nacional. Uma busca na internet demonstra a dimensão quantitativa dos trabalhos disponíveis. Em meio a tanta diversidade, a grande questão a ser superada passa a ser encontrar a informação que realmente interessa.

É nesse quadro que se insere a presente pesquisa, qual seja a de percorrer os bancos digitais em busca de dissertações e teses realizadas nas Instituições de Ensino Superior no Brasil e que abordem a temática da drogadição. O desafio proposto, visa proporcionar uma contribuição social para pesquisadores, instituições, órgãos e profissionais que executam ações relacionadas à drogadição e demais segmentos sociais que atuam na área, incluindo neste contexto também os usuários da saúde. O interesse por esse trabalho surgiu a partir da busca do aprimoramento do conhecimento sobre o tema proposto para a realização da dissertação do Mestrado Profissional de Memória Social e Bens Culturais, opção que veio de fatores como a proximidade da pesquisadora, desde a década de 1980, com a liderança de uma instituição de tratamento para dependentes químicos, proporcionando o primeiro contato com o tema da drogadição. Embora se tratasse, ali, de um contato desprezencioso, sem um maior

compromisso com o trabalho a ser desenvolvido, a relação com a instituição, com a equipe de trabalho e com pessoas recuperadas despertaram o interesse pela temática e pela busca de conhecimentos mais específicos que propiciasse capacitação, visando à possibilidade de um envolvimento cooperativo no futuro.

Também, na qualidade de servidora técnico-administrativa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com lotação na Pró-Reitoria de Extensão, surgiu a oportunidade de atuar no levantamento das ações da UFRGS concernentes à drogadição, com o fim de atender à proposta de envolvimento da instituição no projeto “Crack Nem Pensar”. A realização dessa atividade, ainda que no exercício das funções normais do trabalho, possibilitou a aproximação com as ações desenvolvidas e com produções acadêmicas na área. Este contato, foi determinante da presente pesquisa, pois estimulou o interesse em conhecer mais sobre esse campo de estudo e, como consequência, trouxe também a preocupação com as formas de acesso à produção científica produzida na academia.

É reconhecida a importância das Instituições de Ensino Superior, entre as quais a UFRGS se insere, como espaço acadêmico de produção científica, o *locus* da produção de conhecimento. Entretanto, observou-se que o intenso crescimento dos trabalhos acadêmicos acaba por gerar dificuldades quanto ao seu acesso, pois a produção acadêmica está disseminada nos bancos de dados de forma genérica, sem um maior tratamento quanto à aproximação dos temas afins. Este fato tem promovido o desenvolvimento e a real necessidade da construção de recursos que concentrem a produção de conhecimento de temas específicos. Por essa razão, entendeu-se necessário realizar a sistematização e atualização dessas informações, de maneira que facilite e direcione a consulta dos recursos por parte do pesquisador ou consultante, trazendo de forma rápida e adequada os dados relevantes do tema de interesse.

Se por um lado a criação de bancos e bibliotecas digitais está substituindo a busca das pesquisas nas bibliotecas físicas, por outro lado, nos deparamos com as buscas em um volumoso acervo disponibilizado através da internet que nem sempre permitem uma pesquisa que possibilite as respostas desejadas ao sujeito interessado pela temática.

Isto significa que o crescente desenvolvimento da pesquisa científica produz resultados importantes que, entretanto, necessitam estar acessíveis aos demais pesquisadores, instituições e público interessado e, fundamentalmente, aos servidores públicos e profissionais que se envolvem com a temática da drogadição. Fato é que parte dos estudos realizados na academia nacional, muitos deles financiados por órgãos do Governo, não devem ficar ocultados pelas dificuldades que as buscas oferecem. Como exemplo disso, temos uma vasta

quantidade de trabalhos nas bibliotecas e banco de dados digitais, o que demanda o “garimpo” daqueles que tratam significativamente do assunto de interesse.

O crescimento especialmente de artigos preocupados em divulgar revisões, sejam elas bibliográficas, integrativas, sistemáticas, estado da arte, relações de trabalhos acadêmicos sobre áreas temáticas específicas, entre outros, vêm ao encontro da necessidade emergente de recuperar as pesquisas e os resultados delas provenientes. Há também um perigo que se apresenta referente ao período de publicação das mesmas, pois normalmente são utilizadas as pesquisas mais recentes, ensejando a perda de dados, informações e conhecimentos relevantes apresentados em trabalhos anteriores. É confirmada, então, a necessidade de um olhar mais abrangente sobre o conteúdo disponível no acervo das bibliotecas digitais produzidos pelas instituições de ensino superior, sob pena, inclusive, de se desperdiçar ou perder a história e a memória dessa pesquisa.

Nesse contexto, é intenção, aqui, desencadear um processo de investigação que pretende fazer conhecida a produção sobre um tema específico, a drogadição. Vê-se, a partir daí, a possibilidade da geração de novas contribuições acadêmicas, uma vez que um problema de saúde pública de proporções gigantescas requer a contínua busca de conhecimento abrangente e atualizado, com foco claro e objetivo, sem, entretanto, desprezar o conhecimento já construído.

No campo das políticas públicas, as iniciativas para dar conta desse problema de saúde pública apontam para a necessidade de integração das ações entre diferentes áreas do conhecimento e setores de prestação de serviços. A administração pública tem se empenhado no sentido de desenvolver ações visando proporcionar um atendimento especializado à população, o que muitas vezes, entretanto, é limitado pela carência de materiais de cunho científico disponível ao corpo técnico das unidades de atendimento. Por essa razão, como resultado da investigação, é proposta aqui a construção de um Catálogo, que visa também a auxiliar no aperfeiçoamento de grupos de trabalho, servindo de fonte de pesquisa para cursos de áreas específicas, para a confecção de material informativo para as comunidades atendidas e para outros fins que atendam às necessidades de profissionais e dos diferentes serviços do sistema de saúde de atendimento à população.

Além disso, o fato de a pesquisadora ser aluna de um curso que propõe estudos relacionados à Memória Social e Bens Culturais acaba por conduzir à prática da reflexão sobre temáticas que subsidiam a proposta pedagógica desta Pós-Graduação. Nesse contexto, cabe salientar a manifesta preocupação de algumas instituições com a memória da produção científica, não apenas no sentido de reunir e organizar essa produção, mas no sentido de

disseminar o conhecimento às gerações futuras e possibilitar a preservação dessa memória de maneira utilitária. Não se trata de *guardar* a memória, mas de *utilizar* a memória, ou seja, a preservação contextualizada dos conteúdos que tratam de determinada temática – no caso deste estudo, a “drogadição”. Encontra-se aqui um espaço de reflexão, na medida em que se busca conhecer os olhares da pesquisa sobre o tema da drogadição, incluindo sua história e importância no contexto social, o que faz das bibliotecas virtuais, aí incluindo a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, um espaço de guarda do patrimônio acadêmico e da memória social da produção científica do Brasil.

Diante da contextualização da temática sobre drogadição, tem-se como questão central da pesquisa a ser respondida: que produções acadêmicas existem sobre a questão da “drogadição” na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações no Brasil, no período de 1981 a 2012, que podem se constituir em um memorial? A partir daí, tem-se que o objetivo geral desta pesquisa é mapear a produção acadêmica relativa à drogadição existente na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, com vistas à construção de um Catálogo com o fim de divulgar e socializar a produção científica sobre a temática. Entre os objetivos específicos deste trabalho estão: mapear as produções acadêmicas (teses e dissertações) registradas nas bibliotecas virtuais que tratem sobre o tema da drogadição; selecionar as produções existentes relacionadas à drogadição, para difusão deste conhecimento, privilegiando a classificação em três eixos: “Comunidades Terapêuticas”, “Redução de Danos” e “Políticas Públicas”; e elaborar um Catálogo que se constitua em memorial sobre a temática drogadição, para ser socializado em diferentes espaços públicos e privados.

A fim de alcançar os objetivos propostos, o presente trabalho seguirá as seguintes questões norteadoras: Quais são as teses e dissertações registradas nas bibliotecas virtuais que tratam sobre a temática drogadição? Quais destas produções relacionadas à drogadição referem-se às categorias “Comunidades Terapêuticas”, “Redução de Danos” e “Políticas Públicas”? Como a sistematização da memória da produção científica sobre drogadição, organizada em um Catálogo, pode contribuir para o conhecimento e a socialização da temática abordada?

Assim, como produto desta investigação foi possível sistematizar um Catálogo denominado “Mapeando um Patrimônio Científico (1981-2012): Produção Acadêmica sobre a Drogadição no Brasil (Comunidades Terapêuticas, Redução de Danos e Políticas Públicas)”, no qual foi contemplada a produção do período de 1981 a 2012, o que significou incluir todos os documentos encontrados na BDTD sobre a temática, já que se tem em mente a construção de um Catálogo que também destaque a história e a memória dessa produção que vai ser

publicizada à sociedade em geral, à comunidade acadêmica e a todos os interessados na temática.

A pesquisa aqui apresentada, além desta introdução, está estruturada em mais três partes. Inicialmente será abordado o referencial teórico que subsidiou esta investigação. Fazem parte deste capítulo reflexões relacionadas às categorias elencadas para constituir o Catálogo, por se tratar de segmentos que permitem uma compreensão maior do tema, especialmente no que se refere às estratégias de ações voltadas à minimização das consequências danosas que o uso da droga provoca e, também, algumas considerações relacionadas aos conceitos de patrimônio científico, tendo em vista que os acervos constituídos por dissertações e teses são parte do patrimônio produzido pelo ensino superior nacional. A seguir, será apresentado o processo metodológico utilizado, que demonstra a trajetória para a pesquisa e seus resultados, possibilitando a abordagem de algumas das dificuldades encontradas na pesquisa no meio virtual. Apresenta-se, finalmente, o Catálogo, que contém a relação de dissertações e teses encontradas, classificadas nas categorias “Comunidades Terapêuticas”, “Redução de Danos” e Políticas Públicas”. Por último, é apresentado um comentário conclusivo acerca do trabalho desenvolvido, seguido de dois anexos que trazem as relação das teses e dissertações que abordam o tema da drogadição encontradas na elaboração da pesquisa e construção do Catálogo.

2 DROGADIÇÃO: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA

As reflexões relacionadas à drogadição estão presentes em diversos segmentos da sociedade, o que deixa transparecer a sua complexidade, dimensão e atualidade. O tema não é novo, nem tampouco as discussões a ele atinentes. Em função da extensão desta matéria e do fato de que a mesma tem sido objeto de estudo e pesquisa através dos diversos campos do conhecimento, optou-se nesta pesquisa, por elencar algumas categorias sobre as quais serão apresentados alguns conceitos recuperados na literatura disponível sobre o tema.

Minayo (2006) diz que, em um processo de investigação, “uma vez definido o objeto, é proceder a uma ampla pesquisa bibliográfica, capaz de projetar luz e permitir melhor ordenação e compreensão da realidade empírica” (MINAYO, 2006, p.183). A partir da pesquisa bibliográfica se pretende concentrar a atenção sobre o tema da drogadição e também sobre algumas questões relacionadas ao acervo bibliográfico a ela atinente, disponível na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, espaço contemplado para esta investigação, considerando a proposta da construção de um Catálogo que contenha a produção acadêmica nessa área, visando a socialização desse conhecimento.

Para tanto, serão privilegiadas as produções associadas às categorias: “Comunidades Terapêuticas”, “Redução de Danos” e “Políticas Públicas”. Além destas, e tendo em vista o fato desta pesquisa estar inserida no âmbito de um Mestrado de Memória Social e Bens Culturais e que a construção deste Catálogo envolve assuntos relativos à concepção de acervo, patrimônio científico, documento, memória e as relações com os recursos digitais e virtuais utilizados nas buscas, entendeu-se que é cabível discorrer brevemente sobre estes conceitos com o objetivo de contextualizar o trabalho realizado, o que é feito sob o título de “Produção Acadêmica: um Patrimônio Científico”.

Cabe esclarecer que as reflexões e destaques inseridos neste momento pretendem mais contextualizar a construção do Catálogo objeto desta investigação, do que esgotar as possibilidades de discussão das categorias elencadas. É necessário reconhecer que a drogadição é um tema muito amplo e polêmico e que permite debates com ideias e propostas diversificadas e até mesmo que se opõem. Entretanto, no presente capítulo pretende-se discorrer sobre os assuntos propostos de forma a permitir uma visualização que auxilie a identificação da temática referente aos documentos selecionados para compor o Catálogo mencionado.

2.1 Comunidade Terapêutica e a interlocução com a questão da drogadição

A existência das Comunidades Terapêuticas remonta a períodos anteriores à Era Cristã, conforme referências encontradas na literatura da área. Sua história contempla origens, objetivos e métodos muito diversificados. É possível reconhecer comunidades criadas com o propósito de isolamento religioso, busca de um modo de vida alternativo, um espaço com o fim de recuperação ou cura, entre outros.

Vieira (2008), pesquisadora portuguesa, diz que o surgimento da comunidade terapêutica é resposta da sociedade a um problema individual, familiar e social.

Enquanto método e estrutura em si própria, atenta na pessoa na sua globalidade, não a fragmentando, nem a confinando ao seu problema de toxicodependência. Espera do indivíduo, através da experiência comunitária, a mudança do seu estilo de vida e a redefinição da sua identidade, devolvendo-lhe, assim, o seu papel reflexivo, no sentido de se poder confrontar consigo, com a sua história, com as suas decisões, com a sua identidade, com o seu presente, com as suas expectativas de futuro. (VIEIRA, 2008, p. 5).

A comunidade terapêutica é entendida como um espaço que visa propiciar meios de tratamento com o fim de incidir na mudança da vida do sujeito, ou seja, o período de internação tem como propósito não somente o de distanciar o indivíduo do habitat que estimulou o envolvimento com o consumo de droga e da possibilidade de continuar seu consumo, mas também visa a reflexão sobre a sua condição de vida e conseqüente busca por uma mudança de atitude, já que a instituição proporciona recursos de tratamento que envolvem diversas áreas de sua vida, como comportamento pessoal, auto-estima, reinserção social, entre outros. A expectativa é que essas ações desenvolvidas nesse tipo de instituição produzam mudanças permanentes na vida do paciente em tratamento.

Destaca-se a prática normalmente encontrada nas comunidades terapêuticas, que enfatizam a necessidade do posicionamento individual de quem deseja tratar o problema da dependência química. O argumento acima ressalta também, ainda que implicitamente, a questão de que a permanência do indivíduo na comunidade terapêutica é sempre temporária, ou seja, os resultados esperados devem se manifestar num determinado período programado para o tratamento.

Já foi citado aqui que a história das comunidades terapêuticas é antiga, porém vale destacar que foi a partir do século XX que este tipo de instituição se desenvolveu e sofreu

mudanças com vistas a se tornar um recurso efetivamente terapêutico que atendesse às necessidades de um tipo de doença.

Maxwell Jones (1972), psiquiatra inglês, reconhecido como autor do conceito de comunidade terapêutica, iniciou o desenvolvimento deste conceito a partir de atividades junto a uma “unidade de tratamento de desajustados sociais” (JONES, 1972, p. 18), composta de ex-prisioneiros de guerra.

Principiamos a compreender que, além dos esforços terapêuticos de uma equipe treinada, havia um potencial muito importante, para apoio e cura do paciente, nos tipos de relacionamento e atitudes que predominavam entre seus companheiros na seção e no hospital. (...) Assim nos convencemos de que também se deve prestar atenção à organização hospitalar em geral, pois constitui, por assim dizer, o molde que possibilita ou frustra a comunicação e compreensão entre os membros da comunidade. (...) Os encontros diários da comunidade, com exame constante das iniciativas comunitárias, desempenharam papel essencial na interação entre equipe e pacientes e deram boa oportunidade a todos para aprenderem a partir do debate dos problemas corriqueiros (JONES, 1972, p. 18-19).

A experiência do psiquiatra auxilia na compreensão do processo que foi se desenvolvendo até consolidar o sistema por ele adotado como forma de tratamento para os seus pacientes. “O processo sócio-cultural é uma parte integrante do tratamento. O tipo de sistema social resultante é denominado geralmente comunidade terapêutica ou, em termos de processo social, terapia ambiental” (JONES, 1972, p. 88), o que conduz o tratamento para uma abordagem que considera os diversos fatores que envolvem o paciente e não apenas sua enfermidade.

Para melhor esclarecer a questão, considera-se a distinção que o autor faz entre a comunidade terapêutica e outros centros de tratamento que

reside no modo como se capitalizam conscientemente no tratamento os recursos da instituição, da equipe, dos pacientes e de seus parentes. Isso implica, portanto, acima de tudo uma mudança no status comum dos pacientes. Em colaboração com a equipe, tornam-se participantes ativos em sua própria terapia, na de outros pacientes e em muitos aspectos das atividades gerais da unidade. Isto em contraste notável com seu papel relativamente passivo, receptivo, característico do tratamento convencional (JONES, 1972, p. 88-89).

Embora o foco de Jones (1972) tenha sido o tratamento de doentes mentais, normalmente confinados a hospitais, onde o paciente tinha uma postura passiva e distante da equipe hospitalar, as inovações propostas foram assumidas também por instituições que surgiram com a finalidade de atender pessoas com dependência química.

Neste contexto, é possível observar-se uma diversidade de tratamentos oferecidos nas comunidades terapêuticas, ainda que existam aspectos comuns que identificam o tipo de trabalho desenvolvido neste tipo de instituição.

Por essa razão, De Leon (2012) diz que “não há duas CTs iguais. (...) Além das diferenças mais evidentes de composição de clientela, experiência do pessoal, idade, objetivo e recursos do programa, podem ainda desenvolver-se diferenças em termos de crenças e de estilos de liderança” (DE LEON, 2012, p. 9-10).

Também é importante destacar que “o modelo e o método da CT surgiram das experiências de tentativa e erro em que os primeiros participantes criavam e administravam suas próprias comunidades de auto-ajuda” (DE LEON, 2012, p. 5). Essas comunidades se fundamentam a partir de experiências pessoais que se expressam no “funcionou para mim” (p. 6) e outras linhas de procedimento semelhantes, que desconsideram a necessária observância das diferenças individuais.

De Leon (2012) refere a existência de duas grandes variantes da Comunidade Terapêutica:

A primeira, no campo da psiquiatria social, consiste em unidades e instalações inovadoras destinadas ao tratamento psicológico e à guarda de pacientes psiquiátricos socialmente desviantes dentro (e fora) de ambientes hospitalares de tratamento de transtornos mentais. A outra forma assumida pelas CTs são os programas de tratamento residencial, baseado na comunidade, de dependentes de drogas e alcóolicos (DE LEON, 2012, p. 13)

A segunda forma de Comunidades Terapêuticas, aquela relacionada com a dependência química, é a que está sendo abordada nesta pesquisa. Entretanto, é importante destacar estes dois conceitos, pois não se deve desconsiderar a existência de comunidades terapêuticas voltadas para pessoas com transtornos mentais. Isso justifica a crítica e oposição ao trabalho das comunidades terapêuticas voltadas para o dependente químico, pois não raro é feita alguma identificação com comunidades ou hospitais que tratam o problema mental.

Ainda em referência a De Leon (2012) temos que

A busca da “CT essencial” revela a recorrência de uma idéia universal, sob várias roupagens, ao longo da história: de cura, ensino, apoio e orientação por meio da comunidade. Em sua forma contemporânea, a CT de tratamento da dependência química desenvolveu-se a partir de Synanon, embora seja possível identificar alguns elementos essenciais na AA e no movimento Oxford, que é anterior. A organização desses elementos num enquadramento teórico que apresenta a CT como uma abordagem social e psicológica específica é um passo adiante em sua evolução (DE LEON, 2012, p. 36).

No Brasil as comunidades terapêuticas surgem em decorrência da demanda gerada pela drogadição. Fato é que o usuário de drogas normalmente se torna dependente e tem seu comportamento alterado, dificultando o convívio social. A exemplo do que ocorreu em outros países, também no Brasil as Comunidades Terapêuticas inicialmente se estabeleceram pela disposição de pessoas que pretendiam socorrer o dependente químico, pessoa vista então como um problema social, cuja solução, em outras épocas, era a internação (no manicômio, na penitenciária ou na comunidade terapêutica).

De sua parte, Costa (2012) diz que as comunidades terapêuticas

utilizam-se de conhecimentos, instrumentos e técnicas científicas, na área da saúde mental, social e física, para o atendimento ao usuário de SPA que busca ajuda para o tratamento, que, por outro lado, sabemos ser uma doença incurável. O tratamento, portanto, se concentra no fortalecimento físico, psíquico e espiritual, para que o usuário se mantenha abstinência pelo maior tempo possível (COSTA, 2012, p. 5).

As Comunidades Terapêuticas, no caso do Brasil, têm recebido atenção do Governo Federal, que não só as insere no contexto da rede de atendimento para ajudar o dependente químico, como também regulamentou o seu funcionamento.

A Resolução RDC nº 101¹, de 30/05/2001, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, primeiro documento com vistas a disciplinar o funcionamento das Comunidades Terapêuticas, conceituou estas instituições:

Serviços de atenção a pessoas com transtornos decorrentes do uso ou abuso de substâncias psicoativas (SPA), em regime de residência ou outros vínculos de um ou dois turnos, segundo modelo psicossocial, são unidades que têm por função a oferta de um ambiente protegido, técnica e eticamente orientados, que forneça suporte e tratamento aos usuários abusivos e/ou dependentes de substâncias psicoativas, durante período estabelecido de acordo com programa terapêutico adaptado às necessidades de cada caso. É um lugar cujo principal instrumento terapêutico é a convivência entre os pares. Oferece uma rede de ajuda no processo de recuperação das pessoas, resgatando a cidadania, buscando encontrar novas possibilidades de reabilitação física e psicológica, e de reinserção social (ANVISA, 2001).

Para o Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas – OBID, importante instituição vinculada à Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, do Ministério da Justiça, que tem como objetivo reunir e coordenar o conhecimento sobre drogas para fundamentar o desenvolvimento de programas e intervenções dirigidas à redução de demanda e oferta de drogas,

¹ A Resolução 101 foi revogada pela RDC 29, de 30/06/2011.

O programa terapêutico-educativo, a ser desenvolvido no período de tratamento da Comunidade Terapêutica, tem como objetivo ajudar o dependente químico a se tornar uma pessoa livre através da mudança de seu estilo de vida. A proposta da CT deve considerar que o dependente químico pode desenvolver – se nas diversas dimensões de um ser humano integral através de uma comunicação livre entre a equipe e os residentes, em uma organização solidária, democrática e igualitária (OBID).

Obviamente, cada Comunidade Terapêutica tem um formato de administração específico, mas é possível identificar alguns procedimentos comuns entre elas, não só em função das semelhanças de suas origens, como também pela existência de entidades que agremiam essas instituições e buscam possibilitar a capacitação das afiliadas, como por exemplo a Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas – FEBRACT, a Federação das Comunidades Terapêuticas Evangélicas do Brasil – FETEB, a Associação das Comunidades Terapêuticas dos Estados da Região Sul – ACTEERS, entre outras.

2.2 Redução de Danos: uma abordagem em debate

O Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas – OBID faz algumas considerações que apontam para a gravidade do problema relativo à drogadição e conseqüente necessidade de adotar ações que promovam a Redução de Danos junto ao dependente químico. São assumidos os pressupostos de que é necessário ter uma abordagem real e objetiva do tratamento de usuários de drogas, bem como de que é preciso entender o contexto em que o usuário de droga está inserido, e de que as drogas não são todas iguais.

Com base nesse contexto, a Redução de Danos surge como uma ação emergencial para um problema que cresceu freneticamente em nível mundial. Se por um lado este método encontra opositores, já que é uma ação que não promove cura, por outro, seus defensores se baseiam nas possibilidades que ele oferece, como por exemplo a diminuição da proliferação de outras doenças decorrentes da dependência química, como a AIDS, hepatite e cirrose. Além disso, a estratégia da Redução de Danos também prevê programa de educação e orientação relacionadas às questões do uso de drogas, o que significa a possibilidade de conscientização de usuários com o fim de abandono da prática, assim como de não usuários poupados de se tornarem dependentes químicos.

A mesma fonte acima (OBID) esclarece que a Redução de Danos

pauta-se numa proposta clara de controle e de autocuidado com relação ao uso de drogas, que permite também desenvolver o sentido de responsabilidade sobre si mesmo e sobre as pessoas do círculo de relação. A estratégia de redução de danos dirigida para os usuários injetáveis, promove, além de orientações, a distribuição/troca de seringas e agulhas e outros insumos de prevenção preconizando que as injeções sejam realizadas com equipamentos estéreis. Os usuários de drogas injetáveis, geralmente, em estado de grande exclusão social, são abordados nos lugares e momentos em que as práticas de risco à saúde estão em curso, ou seja, quando, para o uso de drogas, há o compartilhamento de equipamentos de injeção por várias pessoas (OBID).

Paes (2006) acrescenta que os Programas de Redução de Danos “atuam capacitando usuários de drogas, profissionais de saúde e outras pessoas da comunidade para abordarem os grupos de usuários nos seus locais de uso e de convivência cotidiana, através de atividades educativas” (PAES, 2006, p. 8).

O primeiro programa de redução de danos surgiu na Inglaterra, em 1926, mas foi na Holanda, em 1984, que o programa passou a ser utilizado como política pública, inicialmente visando o controle da hepatite e a seguir aplicado em função da AIDS (PAES, 2006, p. 116). De acordo com Queiroz (2001), em 1985 “as estratégias de redução de danos, como prática de saúde pública instituída, encontravam sustentação” (QUEIROZ, 2001, p. 8) em Liverpool, Inglaterra. Os dependentes químicos tinham à sua disposição serviços como “troca de seringas e educação em sua comunidade; prescrição de drogas como heroína e cocaína; serviços de aconselhamento, emprego e moradia; e tratamento para a dependência, incluindo internação para desintoxicação” (QUEIROZ, 2001, p. 8).

Embora diversos fatores de risco sejam equacionados na adoção desse tipo de atendimento ao usuário de drogas, foi principalmente em função da AIDS transmitida pelo uso de drogas que a Redução de Danos como prática preventiva passou a ser utilizada mundialmente, inclusive no Brasil. Ainda que encontrando resistência política, a ponto de ações iniciais serem impedidas por determinação legal (PAES, 2006, p. 117), o berço da Redução de Danos no Brasil foi em Santos/São Paulo, por volta de 1989/1990. Nesse período, a cidade de Santos “apresentava altos índices de infecção do HIV por via endovenosa” (SAMPAIO e FREITAS, 2012, p. 1), o que justificava a existência e predominância do movimento sanitário progressista, que tomou a frente da adoção das práticas deste método de tratamento com vistas à proteção da saúde dos usuários. A redução de danos foi tomada como uma ação meramente preventiva e com objetivo de impedir o crescimento do dano que a dependência química estava causando. Nesse contexto, principalmente como consequência

do crescimento da AIDS no Brasil, é que a Redução de Danos passou a ser adotada como política de Governo, a partir de 1994. Na coletânea publicada pelo Ministério da Saúde sobre álcool e redução de danos, Bill Stronach (2004) faz constar a definição da Associação Internacional de Redução de Danos (IHRA) para esta estratégia, entendendo-a

como “políticas e programas que tentam principalmente reduzir, para os usuários de drogas, suas famílias e comunidades, as conseqüências negativas relacionadas à saúde, a aspectos sociais e econômicos decorrentes de substâncias que alteram o temperamento” (...). Esta é a definição mais sucinta e útil. Seu foco é no trato das conseqüências do uso de drogas em vez de enfatizar apenas a redução do consumo de uma determinada droga (Ministério da Saúde, 2004, p. 31).

Visando melhorar a qualidade de vida das pessoas, diminuir os índices da infecção dos vírus HIV e Hepatites e diminuir os acidentes de trânsito decorrentes do uso prejudicial de álcool e outras drogas, o Ministério da Saúde edita a Portaria nº 1.028, de 1º de julho de 2005, que regulamenta, em seu Art. 3º, as ações relacionadas à aplicação da Redução de Danos, como estratégia de saúde pública, e que consistem de: “I - informação, educação e aconselhamento; II - assistência social e à saúde; e III - disponibilização de insumos de proteção à saúde e de prevenção ao HIV/Aids e Hepatites”.

Verifica-se que as ações relacionadas à Redução de Danos são amplas e contemplam estratégias de proteção da saúde do usuário e do não usuário e também prevêem ações relacionadas à informação e à educação, espaços importantes para impedir a dependência química, a partir do conhecimento e conscientização do seu significado na experiência humana.

Como está no contexto da legislação, esta estratégia é uma ação de redução do problema e não de tratamento curativo aos usuários. A legislação nacional é clara ao informar que ela se destina inclusive àqueles que optam por permanecer utilizando droga, ou seja, não há um direcionamento no sentido de privar a pessoa do uso da droga, mas uma preocupação em proteger a saúde tanto do usuário como daqueles que com ele convivem e da sociedade em geral. A Redução de Danos pode ser entendida como “um mal necessário”, tanto para aqueles que se utilizam da drogas, como também para aqueles que não são usuários, mas que, de alguma forma, são atingidos pelo problema e sofrem com suas conseqüências. Essa política

reflete um princípio implícito, segundo o qual seu objetivo não é erradicação do uso da droga ilícita, mas a minimização do seu dano. Este princípio é comumente descrito como *normalização*, isto é, redução da demanda através da integração social dos usuários de drogas (QUEIROZ, 2001, p. 8).

E, ainda:

o importante não é se determinado comportamento é bom ou ruim, certo ou errado. Na redução de danos, a ênfase é se o comportamento é seguro ou inseguro, favorável ou desfavorável. A redução de danos centra-se no que funciona (pragmatismo) e no que ajuda (empatia e solidariedade) (QUEIROZ, 2001, p. 9)

Estas afirmações auxiliam no entendimento da complexidade do problema da drogadição e da dificuldade em eleger um tipo de procedimento adequado para lidar com a situação. A polêmica do tema passa pelo entendimento de que usar ou não usar substâncias psicoativas é uma opção pessoal; entretanto as consequências desse uso não se restringem ao usuário, mas atingem a sociedade. Como se vê, a Redução de Danos é uma estratégia que visa atender: à população não usuária, que também precisa ser protegida em aspectos como sua segurança e saúde; ao usuário que defende seu direito de utilizar drogas, mas que demanda do Estado condições de uso “saudável”; e também àquele usuário que pretende o abandono da dependência química e para tanto necessita do auxílio estatal.

2.3 Políticas Públicas Relacionadas às Questões da Drogadição

Diante do crescimento do problema relacionado com a drogadição, e levando-se em consideração os danos e riscos sociais delas provenientes e a conseqüente necessidade de proporcionar meios de atenção à situação da dependência química, é importante compreender o significado de políticas públicas. Tal compreensão contribui significativamente para melhor refletir sobre as ações e diretrizes adotadas em nosso país, no que se refere a este tema.

Teixeira (2002) esclarece que as “políticas públicas visam responder a demandas, principalmente dos setores marginalizados da sociedade, considerados como vulneráveis” (TEIXEIRA, 2002, p. 2). No caso desta pesquisa, os aspectos relacionados à temática drogadição se identificam com a situação de vulnerabilidade. Entretanto, para o dependente químico, a situação de vulnerabilidade se relaciona aos fatores de risco que o acompanham, independentemente da sua situação sócio-econômica.

Nesse contexto, o mesmo autor conceitua políticas públicas como

diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da

sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos (TEIXEIRA, 2002, p. 1).

A compreensão do significado de políticas públicas é bastante complexa. Souza (2006), ao discorrer sobre o conceito de políticas públicas, traz uma discussão mais ampla, que contribui para um melhor entendimento desse assunto:

do ponto de vista teórico-conceitual, a política pública em geral e a política social em particular são campos multidisciplinares, e seu foco está nas explicações sobre a natureza da política pública e seus processos. (...) As políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí por que qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade (SOUZA, 2006, p. 25).

A autora esclarece que não existe uma única definição de política pública, mas que algumas das definições “ênfatizam o papel da política pública na solução de problemas” (SOUZA, 2006, p. 24). Este aspecto é salientado tendo em vista que assim como a problemática da drogadição é ampla e polêmica, também o são as soluções apresentadas para ela. Na continuidade, ela comenta que os

Críticos dessas definições, que superestimam aspectos racionais e procedimentais das políticas públicas, argumentam que elas ignoram a essência da política pública, isto é, o embate em torno de idéias e interesses. Pode-se também acrescentar que, por concentrarem o foco no papel dos governos, essas definições deixam de lado o seu aspecto conflituoso e os limites que cercam as decisões dos governos. Deixam também de fora possibilidades de cooperação que podem ocorrer entre os governos e outras instituições e grupos sociais (SOUZA, 2006, p. 26).

No que se refere à formulação de políticas públicas, especialmente no caso brasileiro, é possível perceber que a questão da dependência química foi insuficientemente discutida no decorrer dos anos, carecendo de maior envolvimento e integração dos diversos segmentos sociais. Um dos fatores que traz opiniões divergentes está no contexto das soluções: críticos e defensores tomam posição quanto às alternativas de tratamento oferecidas, sem que sejam disponibilizados dados e pesquisas que sustentem tais posicionamentos. Há, ainda, aqueles que defendem a própria legalização e livre utilização das substâncias que causam dependência química. De sua parte, o Governo Brasileiro tem criado políticas para sanar ou minimizar os danos causados pela dependência química. E estas políticas ainda são recentes e têm a função de resgatar o tempo perdido, mostrando-se carentes de reflexão a partir de resultados concretos.

No Brasil, a drogadição começou a receber atenção das instâncias governamentais principalmente a partir da década de 2000. Antes disso, porém, algumas ações buscaram criar políticas públicas com vistas a solucionar e minimizar as consequências dos problemas sociais e de saúde e que assolavam muitos usuários e não usuários de drogas, os quais foram contaminados com doenças como hepatite, AIDS e outras.

Anterior a estas ações nacionais, e em função da preocupação que a drogadição já causava em nível mundial, a Organização das Nações Unidas – ONU se mobilizava com o fim de orientar os Estados-membros, neles incluído o Brasil, no sentido de combater o tráfico de drogas e proteger as populações quanto aos riscos gerados pela sua utilização.

Embora a presente pesquisa vise abordar o contexto nacional, as ações da ONU aqui se inserem tendo em vista destacar a sua influência e colaboração nas políticas adotadas pelo Brasil, que aderiu às decisões das Convenções promovidas por aquela Organização.

Na abrangência do trabalho da ONU relacionado com as drogas, encontra-se o United Nations Office on Drugs and Crime – UNODC, que é uma agência *com mandato de apoiar os países na implementação das três convenções da ONU sobre drogas*²:

- a primeira delas, de 1961 – Convenção Única sobre Entorpecentes, com o objetivo de combater o abuso de drogas por meio de ações internacionais coordenadas;
- a segunda, de 1971 – Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas, com o fim de estabelecer um sistema de controle internacional para substâncias psicotrópicas, sendo uma reação à expansão e diversificação do espectro do abuso de drogas;
- a terceira, de 1988 – Convenção Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, visando fornecer medidas abrangentes contra o tráfico de drogas, inclusive métodos contra a lavagem de dinheiro e o fortalecimento do controle de precursores químicos.

Estas convenções foram criadas com o fim de subsidiar e auxiliar os Estados-membros a adotarem medidas que solucionassem o problema da drogadição em suas instâncias, respeitando as peculiaridades e formas de ação de cada um desses Estados, considerando que, para tanto, o UNODC trabalha a partir de três segmentos: *trabalho normativo; pesquisa e análise; e assistência técnica*.

Em 1990, o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime – UNODC inicia suas atividades no Brasil com a finalidade de auxiliar a nação *no cumprimento das obrigações que assumiu ao ratificar as Convenções da ONU sobre Controle de Drogas*.

² Fonte: <http://www.unodc.org/southerncone/pt/drogas/index.html>

No que toca às primeiras legislações que surgiram no Brasil referentes à drogadição, percebe-se que há um espaço de tempo importante em relação às ações da ONU. Nota-se que elas têm em seu escopo a preocupação mais vinculada à repressão do tráfico de drogas do que com as consequências sociais e sanitárias da drogadição, ou seja, as ações preventivas eram tímidas. Já nas ações iniciadas no presente século percebe-se uma atitude mais voltada para a tentativa³ de recuperar a saúde e proporcionar qualidade de vida do cidadão dependente de drogas e à própria sociedade, atingida principalmente por quadros de violência e perturbação pública.

Atendendo às demandas nacionais e internacionais com relação à proliferação do uso de drogas, o Governo Brasileiro passa a atuar na prevenção e no combate à drogadição e suas consequências através de políticas e programas desenvolvidos pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas – SENAD, vinculado ao Ministério da Justiça, e que tem como finalidade responder aos desafios resultantes do consumo de drogas. Esta atuação se dá a partir de três eixos: a realização de um diagnóstico da situação sobre o consumo de drogas; a capacitação de atores sociais que trabalham com o tema; e a implantação de projetos estratégicos de alcance nacional⁴.

Demonstra-se que o Governo tem como estratégia uma atuação que englobe os diversos segmentos da sociedade, buscando as informações necessárias para enfrentar este problema e transformando estas informações em ações efetivas no contexto da drogadição, seja pela capacitação de profissionais ligados ao trabalho com a drogadição, seja pelo estímulo à pesquisa científica sobre o tema, seja pelo envolvimento da população em geral, especialmente no que diz respeito ao conhecimento que esta precisa ter sobre este assunto, enfim, as ações alcançam a cooperação internacional, como expresso no contexto dos três eixos acima mencionados.

Entre as competências da SENAD, estabelecidas no Decreto 6.061, de 15 de março de 2007, está a de *articular e coordenar as atividades de prevenção do uso indevido, a atenção e a reinserção social de usuários e dependentes de drogas*, o que de maneira sucinta resume as diversas ações dessa Secretaria, que tem como atribuição alcançar soluções para a problemática da drogadição no Brasil.

³ O termo “tentativa” tem sido utilizado em diversos documentos das políticas públicas que abordam a questão da drogadição.

⁴ Fonte: <http://portal.mj.gov.br/senad/data/Page>

Na esteira desta reflexão é fundamental registrar que a existência do modelo de saúde no Brasil, o Sistema Único de Saúde⁵, é consequência de um amplo processo de redemocratização vivenciado no Brasil nos anos 1980. Da mesma forma a luta antimanicomial, foi um movimento que promoveu a desinstitucionalização dos serviços psiquiátricos, transferindo o tratamento da pessoa com transtorno mental para serviços de cunho comunitário, em regime aberto e que proporcionaram a inclusão social e o respeito aos direitos humanos dessa parcela da população. Esta política foi regulamentada pela Lei Federal nº 10.216, de 06/04/2001⁶.

Anterior à criação da SENAD, em 1986 tem-se o primeiro movimento do Brasil, em termos de legislação, no sentido de instituir órgãos voltados à problemática relacionada à drogadição, que se concretiza através da Lei nº 7.560/86, que cria o Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate às Drogas de Abuso - FUNCAB. Isso significa que algumas décadas após a Organização das Nações Unidas deflagrar ações de combate ao “abuso de droga” e ao que a ela se relacionasse (tráfico, saúde, violência e outros), o país começou a efetivamente dar atenção à situação.

Entretanto, foi uma das consequências do uso de drogas que desencadeou a proliferação de políticas públicas nacionais, envolvendo diversas instâncias de governo na busca de ações saneadoras e preventivas para um problema, a estas alturas, consolidado e de difícil controle e solução. Não é em vão que, especialmente na década de 2000, todos os textos regulamentadores justificam a legislação com base no crescimento das consequências do uso e dependência de substâncias psicoativas.

Ainda na esteira histórica desta reflexão, desde a década de 1970, o país já contava com algumas comunidades ou fazendas terapêuticas em atividade, tendo em vista que a dependência química já apresentava números expressivos e causava preocupação, mas somente em 2001 foi criada legislação específica no sentido de regulamentar o funcionamento deste tipo de instituição. Trata-se da Resolução 101, de 30/05/2001, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, substituído pela Resolução 29, de 30/06/2011, que “dispõe sobre os requisitos de segurança sanitária para o funcionamento de instituições que prestem serviços de atenção a pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas”, incluso nessas instituições as comunidades terapêuticas.

Um outro tipo de política adotada pelo Brasil, foi a da prática da redução de danos, que embora já a partir de 1994 tivesse apoio oficial do Ministério da Saúde, somente em

⁵ SUS Lei nº 8.080, de 19/09/1990. Sugere-se ver em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm

⁶ Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10216.htm

2005, o Ministério publicou a Portaria nº 1.028, que institui a Política Nacional de Redução de Danos. Por redução de danos a referida legislação define como “informação, educação, aconselhamento, assistência social e à saúde, disponibilização de insumos de proteção à saúde e de prevenção ao HIV/Aids e hepatites” (Art. 3º), o que significa um atendimento amplo e abrangente que inclui também o caráter preventivo através da informação e educação, assim como recursos de busca de tratamento, ampliando a prática inicial da redução de danos.

Cabe, ainda, salientar que na execução das políticas públicas, o governo federal tem envolvido as Instituições de Ensino Superior, para realizar ações como pesquisas, diagnósticos, formação de profissionais que atuam na área da drogadição, desenvolvimento de atividades de informação e atendimento direcionados às comunidades usuária e não usuária de drogas e outros. Parte dos resultados das pesquisas, por exemplo, podem ser encontradas nos artigos, dissertações e teses disponíveis para consulta por meio da internet.

Em 2003 o Ministério da Saúde lança a publicação “A Política do Ministério da Saúde para atenção integral a usuários de álcool e outras drogas”, reconhecendo

A ausência de cuidados que atinge, de forma histórica e contínua, aqueles que sofrem de exclusão desigual pelos serviços de saúde, aponta para a necessidade da reversão de modelos assistenciais que não contemplem as reais necessidades de uma população, o que implica em disposição para atender igualmente ao direito de cada cidadão. Tal lógica também deve ser contemplada pelo planejamento de ações voltadas para a atenção integral as pessoas que consomem álcool e outras drogas (Ministério da Saúde, 2003, p. 5).

Também é importante destacar que a política do Ministério da Saúde visa subsidiar a construção coletiva do enfrentamento ao problema do uso de álcool e outras drogas.

Finalmente, em 2010, a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas publica a Legislação e Políticas Públicas sobre Drogas no Brasil, editada com o objetivo de ser “uma compilação que inclui tanto as orientações políticas como os mecanismos legais vigentes no país sobre o tema das drogas” (SENAD, 2010, p. 11). O referido documento é apresentado como resultado de um trabalho de realinhamento da política antidroga nacional e enfatiza que essa política

orienta-se pelo princípio da responsabilidade compartilhada, adotando como estratégia a cooperação mútua e a articulação de esforços entre governo, iniciativa privada, terceiro setor e cidadãos, no sentido de ampliar a consciência para a importância da intersetorialidade e descentralização das ações sobre drogas no país (SENAD, 2010, p. 14)

Vinculado ao Ministério da Saúde, mas administrados pelos Municípios, os Centros de Atenção Psicossocial são órgãos de atenção à saúde mental, que tem como objetivo “oferecer atendimento à população, realizar o acompanhamento clínico e a reinserção social dos usuários pelo acesso ao trabalho, lazer, exercício dos direitos civis e fortalecimento dos laços familiares e comunitários”. Os Centros de Atenção Psicossocial – Álcool e Drogas estão voltados ao atendimento especificamente para os dependentes químicos, mas seguindo o mesmo método de atendimento dos demais Centros de Atenção Psicossocial.

Em resumo, três programas se destacam no atendimento ao usuário de drogas, quais sejam: Comunidades Terapêuticas, Redução de Danos e Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas. No que refere-se ao contexto da drogadição, as ações são diversas, incluindo pesquisa, capacitação de profissionais da área, informação e atendimento à comunidade através de serviços conveniados, entre outros.

Pelo que pode-se observar até aqui, atualmente o Brasil está atuando de forma integrada no tratamento e busca de soluções para a drogadição. O que já foi tratado quase que exclusivamente como “um caso de polícia”, hoje envolve diversas instâncias sociais, incluindo órgãos públicos, instituições de ensino superior, iniciativa privada, organizações não-governamentais de cunho social, organizações religiosas, enfim, a drogadição não se resolve por um único setor. Certamente, os mais próximos da problemática são os setores da Saúde, Assistência Social, Educação e Justiça, pelas suas peculiaridades e similaridades com a questão do uso de drogas, mas as ações destes setores carecem do envolvimento de todos os demais setores, ou seja, na perspectiva da intersetorialidade e da sociedade em geral.

2.4 Produção acadêmica: um patrimônio científico

O intenso crescimento da informação e o desenvolvimento tecnológico propiciaram a criação de recursos técnicos e o amplo acesso à internet. No segmento da ciência, esse crescimento da informação acabou por mobilizar especialmente estudiosos e pesquisadores preocupados com as questões ligadas à organização, à divulgação e também à memória da produção científica, fazendo surgir a necessidade de novos recursos e metodologias para o tratamento e o acesso a essas produções.

A preocupação com os acervos que constituem o patrimônio científico nacional tem levado os órgãos de educação e pesquisa brasileiros a investir em repositórios que

possibilitem a publicação eletrônica da produção científica nacional, visando a sua guarda e conservação, como meios de dispor esses documentos para as comunidades acadêmicas, pesquisadores, instituições e público em geral. Como resultado disso, encontram-se as chamadas bibliotecas digitais, ambiente definido por Sayão (2009) como:

um espaço dinâmico, constituído de informações eletrônicas, com níveis diferenciados de granularidade, e serviços que possibilitam inúmeras configurações nas suas formas de disseminação e uma gama extraordinária de usos e reúsos para os seus estoques informacionais e para as representações correspondentes (SAYÃO, 2009, p. 14)

Ribeiro (2012) diz que há muito investimento na geração do conhecimento, tornando-se necessário desenvolver políticas para preservá-lo e que o desafio mais importante é a conscientização da comunidade de pesquisadores “da necessidade de não só guardar os documentos através de padrões, mas, também entender por que foram gerados e sua importância para futuras pesquisas” (RIBEIRO, 2012, p. 1). A mesma autora reconhece a preocupação que as diversas instituições têm tido com essa preservação, o que é feito utilizando as tecnologias de ponta que “garantem a preservação e ampliação das formas de acesso à informação permitindo dispor o conhecimento para todos” (RIBEIRO, 2012, p. 2).

Entre as instituições que privilegiam a preservação da produção científica no Brasil com vistas à divulgação desse conhecimento, destaca-se Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD, vinculada ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia do Ministério da Ciência e Tecnologia. Trata-se de um órgão que funciona como repositório de documentos acadêmicos produzidos nas instituições de ensino superior do país, sendo facultado às instituições disponibilizar ou não suas produções à Biblioteca, o que significa que a mesma não detém a totalidade do acervo de teses e dissertações produzidas no Brasil. Ainda assim, ela ocupa o segundo lugar entre as bibliotecas digitais existentes no mundo, conforme informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Este dado justifica o investimento que o país realiza no sentido de aprimorar o desenvolvimento das ações relacionadas à publicação e à consulta da produção acadêmica por meio digital, o que também significa preservar o patrimônio e a memória científica e estimular o aprimoramento do conhecimento.

Nesse sentido, é pertinente destacar alguns aspectos conceituais a respeito do patrimônio científico. Granato et alii (2010) dizem que “em relação ao que constitui patrimônio de ciência e tecnologia, considera-se o conhecimento científico e tecnológico

produzido pelo homem” (GRANATO et alii, 2010, p. 2). Ampliando esse conceito, o documento da Política Nacional de Memória da Ciência e da Tecnologia destaca que

A idéia de patrimônio científico e tecnológico deve compreender o vasto conjunto de bens materiais e simbólicos produzidos ou utilizados ao longo do trajeto da produção e difusão do conhecimento. Acervos de documentos escritos originados de instituições científicas e de ensino, ... e registros da produção científica de brasileiros no exterior integram o patrimônio científico e tecnológico brasileiro (CNPq, 2003, p. 6).

O documento citado reconhece que a memória da ciência e da tecnologia estão vinculadas ao patrimônio cultural e que “as atividades científicas e os procedimentos técnicos fazem parte da cultura” (CNPq, 2003, p. 5-6). Esse conceito acompanha as concepções atuais concernentes ao significado de patrimônio e à sua vinculação indissociável com a cultura. Penna (2010) diz que o patrimônio cultural “é o lugar privilegiado em que as memórias e as identidades adquirem materialidade sob a forma de documentos” (PENNA, 2010, p. 157). Gonçalves (2005, p. 17) afirma que o “conceito de patrimônio é milenar”, enquanto Funari e Carvalho (2009, p. 8), por outro lado, fazem referência a um conceito moderno para patrimônio, criado no século XVIII, e que tem um “caráter mais social”, distanciando-se, portanto, da ideia tradicional de patrimônio como um bem privado ou como “herança paterna, característica da transmissão da carga hereditária de um grupo social a suas gerações futuras” (Souza, 2008, p. 38).

Dodebei (2008, p. 1), utiliza os atributos de herança, documento e informação para organizar o conceito de patrimônio. A partir destes atributos, a noção de patrimônio está vinculada à socialização da informação, à materialização dos registros e à ideia de preservar significados.

Assim, o conceito de patrimônio foi se transformando na medida em que novas demandas e significados foram sendo incorporados, fazendo com que o sentido de coisa privada fosse substituído para uma conotação de bem universal. A produção científica, é entendida como patrimônio e, como tal, tem uma conotação de bem universal. A própria decisão do Ministério da Ciência e Tecnologia de estimular as Instituições de Ensino Superior a criarem meios de preservar e disponibilizar suas produções acadêmicas decorre da consciência de que, como afirma Penna (2010, p. 157), a função patrimonial deixou de ser apenas guardar e conservar fontes.

Monteiro et alii (2006) salientam a associação do termo memória na Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia “aos documentos e representações que podem ser consultados,

servindo de memória social ou memória de longo prazo” (MONTEIRO et alii, 2006, p. 115). Desta forma, as dissertações e teses arquivadas nos bancos de dados das bibliotecas digitais também constituem a memória da produção acadêmica nacional, identificadas como documentos disponíveis para consulta.

Cabe tecer, aqui, algumas considerações sobre o significado de documento, visto que as teses e dissertações com que trabalhamos nesta pesquisa encontram-se inseridas nesse contexto dos acervos bibliográficos. Inicialmente, faz-se referência ao fato de que a concepção atual do documento passa pelo que autores como Jacques Le Goff e Vera Dodebei chamam de revolução. Le Goff (2010), ao dizer que “o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou” (LE GOFF, 2010, p. 536), ressalta o desencadeamento de uma revolução relacionada à forma de perceber o documento, que tem origem em diversos fatores, dentre os quais a intervenção do computador. Entretanto, com essa revolução, “a memória coletiva valoriza-se, institui-se em patrimônio cultural. O novo documento é armazenado e manejado nos bancos de dados” (LE GOFF, 2010, p. 532). Tal afirmação reforça o sentido de documento como um espaço de acolhimento da produção individual sobre um contexto social que, embora de caráter permanente, é passível de releituras e novas produções.

De sua parte, Dodebei (1997), assumindo a percepção de documento como instrumento de preservação da memória social, também ocupou-se em demonstrar a necessidade de conferir um novo conceito para documento, principalmente com vistas a atender às transformações geradas pelo mundo virtual. A autora comenta que “não existe memória sem documentos”, mas ressalva que “dizer que tudo é documento é abdicar de sua compreensão. Dizer que documento não existe é anular a possibilidade de memória” (DODEBEI, 2007, 175 e 176). Esse aprimoramento no conceito do documento surge em função da necessidade de “compreender o processo pelo qual a sociedade enfrentaria o desafio da informatização na esfera dos registros organizados da memória social” (DODEBEI, 2011, p. 3). Isso porque o conceito clássico de documento como suporte físico da informação encontrou a necessidade de avanços na sua concepção enquanto informação disseminada no ciberespaço.

Os registros como elementos da memória social se desenvolveram através da história da humanidade até chegar à informatização. Le Goff (2010) diz que “o aparecimento da escrita está ligado a uma profunda transformação da memória coletiva” (LE GOFF, 2010, p. 427) e que o documento escrito é uma das formas ligadas à memória e tem como uma de suas funções, de acordo com Goody, “o armazenamento de informações, que permite comunicar

através do tempo e do espaço, e fornece ao homem um processo de marcação, memorização e registro (...) reexaminar, reordenar, retificar” (LE GOFF, 2010, p. 429), o que dá ao documento um caráter dinâmico e transformador.

Dodebei (2009) percebe o documento como atributo constituinte do conceito de memória, resultante do “desejo de perpetuar a memória, facilitado pela reprodutibilidade técnica com a conseqüente criação dos ‘lugares’, fazendo com que a sociedade criasse próteses de suas memórias individuais” (DODEBEI, 2009, p. 261-262). A expansão quantitativa de memórias promoveu o surgimento das bibliotecas, museus, arquivos, “gerando uma ampliação descomunal da capacidade de memória do mundo” (DODEBEI, 2009, p. 262).

As concepções relacionadas ao significado de memória atualmente sofrem transformações importantes, tornando os estudos sobre o assunto uma tarefa complexa, pois, na medida em que novos conhecimentos são incorporados a esse campo de pesquisa, vão surgindo novas dimensões e aplicações do conceito de memória. Rocha e Eckert (2009) dizem que a memória é um “fenômeno social, que faz durar o valor social” (ROCHA e ECKERT, 2009, p. 53). Le Goff alerta para o fato de que “o estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história” (LE GOFF, 2010, p. 422). E Jô Gondar destaca que “a memória comporta diversos sentidos, conforme a disciplina ou o pensador que dela se ocupe” (GONDAR, 2008, p. 1). É possível ter-se, assim, um panorama de algumas abordagens que permitem vislumbrar, refletir, enriquecer e atualizar os conhecimentos relacionados à memória, procedentes das diferentes percepções e conceitos atualmente encontrados em relação a este tema. Destaca-se a citação de Jô Gondar, que aponta pelo menos dois fatores que propiciam a diversidade dos estudos: as diferentes áreas do saber e o pensador que se ocupa desse tema.

Mais especificamente no âmbito da memória virtual no ciberespaço, ambiente utilizado como espaço de consulta da presente pesquisa, e atentando para a dimensão que o significado de memória vai assumindo, Monteiro et alii referem que o “ciberespaço tem mudado a natureza da memória” (MONTEIRO et alii, 2006, p. 117) e que se faz necessário desenvolver estudos no sentido de compreender esse novo significado de memória que surge em função do arquivamento de materiais no espaço virtual. Assim, essa nova prática, que se concretiza pela utilização do meio virtual e digital para construir e inserir as produções do conhecimento humano, leva à mudança de natureza referida por Monteiro et alii, consolidando-se num novo tipo de memória que altera a própria noção do termo como conservação e preservação dos saberes. Como dizem as autoras, “não mais as mnemotécnicas, não mais a memória externalizada, preservada na materialidade dos livros, e o saber em

estoque, mas a dinâmica do signo em favor do saber em fluxo” (MONTEIRO et alii, 2006, p. 122).

Nesse contexto, torna-se pertinente refletir sobre a produção científica e a preservação. Martins (2010), referindo-se especificamente para o caso da ciência, diz que “nenhum cientista consegue pesquisar se não tiver em conta a memória de seu campo de pesquisa” (MARTINS, 2010). Existe, então, o que se deseja preservar e o que é necessário preservar. Numa era de tecnologia digital e virtual, a pesquisa acadêmica precisa ser preservada não só porque seus resultados têm aplicações práticas de dimensões sociais inimagináveis, mas também porque o seu registro se constitui em um inestimável patrimônio do conhecimento científico nacional.

Assim, os acervos das bibliotecas digitais têm a perspectiva de servirem como fontes para a produção de novos conhecimentos ou, dito de outra forma, “disseminar a informação é também uma forma de proteção, dentro da perspectiva da memória em movimento” (DODEBEI & GOUVEIA, 2008, p. 9). Entretanto, faz-se necessário considerar o sentido de patrimônio, com clareza de que a possibilidade da digitalização do conhecimento produzido, da sua conservação e de seu acesso por meio virtual não visam à acumulação, mas “à socialização da informação” (DODEBEI, 2009, p. 261).

Ribeiro (2009), referindo-se à implantação da biblioteca digital do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, destaca que “essa Biblioteca Digital representa, por um lado, o capital humano e, por outro, o resultado da sua ação registrado, preservado, armazenado e explicitado, visto que ela funciona como um instrumento de memória divulgada à comunidade” (RIBEIRO, 2009, p. 8). Tal afirmação reforça não só a importância de um acervo, mas também o comprometimento com a produção científica como patrimônio de uma instituição ou de um indivíduo e sua relação com a sociedade, na medida em que disponibiliza resultados de benefício social.

Nesse sentido, cabe refletir também sobre a necessária organização dos acervos, com vistas principalmente a possibilitar o acesso ao conjunto de pesquisas que tratem de temáticas ou assuntos específicos, facilitando a busca por parte do usuário interessado.

No começo do século passado, o trabalho de filósofos e cientistas preocupados com as condições da atividade intelectual dos países levou à criação de uma Comissão Internacional de Cooperação Intelectual com interesse voltado à “documentação científica (bibliografia corrente e retrospectiva), ao avanço da pesquisa científica, à cooperação internacional na educação” (DODEBEI, 2009, p. 263), dando início à “era dos inventários da produção intelectual, da criação dos centros internacionais de documentação, da propriedade intelectual

em geral e científica, em particular, da proteção dos bens culturais” (DODEBEI, 2009, p. 263). Essa prática continua em desenvolvimento e atualmente atinge as instâncias da administração pública, também preocupada em garantir a preservação dos diversos patrimônios nacionais, neles incluído o conhecimento gerado nas instituições de ensino.

A necessidade de inventariar a produção acadêmica se acentuou nos últimos anos, quando se evidenciou um crescimento significativo dessa produção, tornando necessária a realização de sistematizações ou a utilização de outros instrumentos com vistas a contemplar, de forma organizada, o conjunto do conhecimento produzido a respeito de determinado assunto. Dessa forma pode-se evitar o desperdício de pesquisas, subsidiar novas produções e socializar o conhecimento, contribuindo para a utilização adequada dos documentos por parte dos pesquisadores, instituições e cidadãos.

É nesse contexto que se insere a presente pesquisa, mais especificamente na construção de um catálogo a partir da seleção de documentos disponibilizados pela BDTD relacionados especificamente à temática da drogadição. Por um lado, a formação do Catálogo atende à prática dos levantamentos dos materiais existentes, por outro, ela é decorrente da necessidade de organizar e socializar eficazmente o conhecimento arquivado nos bancos digitais.

A função de um catálogo é concentrar de modo sistemático diversas informações com o fim de tornar amplamente conhecido o conteúdo nele contemplado. Houaiss (2004) conceitua catálogo como “lista ou fichário em que se relacionam, de maneira ordenada, os livros e documentos diversos de uma biblioteca” (Houaiss, 2004). É com esta finalidade que o Catálogo “Mapeando um Patrimônio Científico (1981-2012): Produção Acadêmica sobre a Drogadição no Brasil (Comunidades Terapêuticas, Redução de Danos e Políticas Públicas)” foi criado: visa relacionar os documentos selecionados de maneira ordenada, buscando disseminar, socializar e possibilitar o acesso das informações aos consulentes interessados.

Essa sistematização vem em resposta à realidade dos bancos de dados acadêmicos e científicos, que contêm um acervo significativo de materiais, mas que não oferecem a possibilidade de utilizar instrumentos que forneçam de forma rápida e ágil múltiplos resultados contemplando temáticas específicas.

Le Goff diz que “a memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens” (LE GOFF, 2010, p. 471). É também o caso da presente pesquisa, que ao eleger uma parte do acervo bibliográfico sobre a drogadição, evidencia a história das políticas e das práticas e estratégias

de tratamento voltadas para a questão do uso de drogas, assim como a história da droga e do usuário da droga no contexto nacional.

Por fim, a construção deste Catálogo com as dissertações e teses sobre algumas categorias relacionadas à drogadição relata a história sobre o tema e preserva a memória da pesquisa e da sociedade, bem como subsidia novos estudos neste campo, enriquecendo o conhecimento de sua trajetória. No contexto dos acervos bibliográficos está implícita a ação do pesquisador que trabalha no presente com o olhar voltado para o passado, visando melhorar o futuro da sociedade. Norá (1993) salienta que a história foi dotada de um arsenal científico que “serviu para reforçar poderosamente o estabelecimento crítico de uma memória verdadeira” (NORÁ, 1993, p. 10). Essa é uma das preocupações da presente sistematização, que reúne um “arsenal científico” na expectativa de que possa ser útil para estabelecer ações socialmente produtoras e transformadoras.

3 CAMINHOS METODOLÓGICOS

A grande quantidade de documentos disponíveis na internet tornou-se uma preocupação importante na comunidade usuária em geral e na comunidade científica em específico. Muitas pesquisas têm sido realizadas com o fim de buscar alternativas que prestem auxílio ao usuário no sentido de possibilitar a identificação da informação mais adequada ao seu interesse.

Ao buscar material que possibilitasse estudos na área da drogadição, verificou-se a dificuldade de identificar, no meio de uma avalanche de informações, quais são as que realmente vem ao encontro da necessidade do usuário; como selecionar, entre os resultados de busca mais genéricos e de áreas tão diversificadas, aquelas que tratam do tema pesquisado sob abordagem mais específica e aprofundada.

A decisão por elaborar um catálogo que contenha produções científicas relacionadas a uma mesma temática veio em decorrência desta realidade encontrada e tem por finalidade criar um instrumento que viabilize a socialização dos documentos aos pesquisadores e demais usuários interessados.

3.1 As aproximações com o problema de pesquisa

Esta é uma pesquisa de natureza quantitativa e qualitativa que tem por objeto de estudo documentos disponíveis em bibliotecas digitais. Minayo (2004) diz, em relação ao conjunto dos dados provenientes desses dois tipos de pesquisa, que eles não se opõem, mas propiciam a complementação das informações. Enquanto a pesquisa qualitativa “trabalha com o universo de significados” (MINAYO, 2004, p. 21), a quantitativa se utiliza dos dados estatísticos para a compreensão dos fenômenos pesquisados.

Tendo em vista que na fase inicial de busca dos documentos para esta investigação não foi possível delimitar-se um período e que justamente este fato acabou proporcionando o conhecimento da trajetória histórica das categorias elencadas para a seleção das teses e dissertações, a opção adotada aqui foi pela inclusão de todos os resultados encontrados no *corpus* de estudo, independente da data de sua produção. Como a pesquisa mais antiga sobre drogas encontrada na BDTD foi realizada no ano de 1981, esta investigação passou a

contemplar, então, as teses e dissertações na temática da drogadição, disponíveis na BDTD, do período de 1981 a 2012.

A pesquisa documental foi o instrumento de coleta através do qual foram buscados os dados das teses de doutorado e das dissertações de mestrado produzidas no Brasil que tivessem teor relacionado com a drogadição, publicadas e disponibilizadas nos bancos de dados das bibliotecas digitais. A decisão por trabalhar com a produção acadêmica das bibliotecas digitais se justifica a partir de critérios como o seu reconhecimento no meio acadêmico, o acolhimento de trabalhos de diversas áreas do conhecimento, a facilidade de acesso à pesquisa e por ter abrangência nacional, entre outros.

Gil (1999) diz que, ao delinear o procedimento para a coleta de dados em uma pesquisa, é possível utilizar fontes cujos dados se encontram no papel ou os que procedem das pessoas. O caso desta pesquisa insere-se no primeiro grupo, no qual está incluída a pesquisa documental. O autor refere que “a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (GIL, 1999, p. 66). Paralelo a isso, SÁ-SILVA et alli (2009) definem pesquisa documental como “um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos” (SÁ-SILVA, 2009, p.5). Nesse contexto, a pesquisa aqui desenvolvida explorou fontes de caráter documental (teses e dissertações) encontradas em bibliotecas digitais, visando à compilação de dados e à análise de informações que auxiliassem na seleção dos documentos necessários à construção de um documento final, o Catálogo “Mapeando um Patrimônio Científico (1981-2012): Produção Acadêmica sobre a Drogadição no Brasil (Comunidades Terapêuticas, Redução de Danos e Políticas Públicas)”, a ser disponibilizado à comunidade em geral e de modo especial aos profissionais que atuam na área da drogadição.

Atualmente, é reconhecida a importância das bibliotecas digitais como local de armazenamento da produção científica, não só com o fim de preservar, mas especialmente de possibilitar o acesso a essa produção. Por essa razão, optou-se, na presente investigação, pelo uso deste tipo de fonte como instrumento de trabalho. Nesse sentido, convém destacar-se aqui a definição citada por Sayão (2009) em Digital Library Federation, em que as bibliotecas digitais são conceituadas como

organizações que disponibilizam os recursos, incluindo pessoal especializado, para selecionar, estruturar, oferecer acesso intelectual, interpretar, distribuir, preservar a integridade e assegurar a persistência ao longo do tempo de coleções de trabalhos digitais, de forma que eles estejam pronta e economicamente disponíveis para uso de uma comunidade definida ou um conjunto de comunidades (SAYÃO, 2009, p. 15).

Para a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, biblioteca digital é definida como uma “base do conhecimento científico registrado, organizado e armazenado em formato eletrônico, acessível, mais comumente, pela Internet”⁷. Esta base se constitui no espaço amostral desta investigação, cabendo identificar este serviço:

- Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – BDTD, projeto vinculado ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, órgão do Ministério da Ciência e Tecnologia, *que integra os sistemas de informações de teses e dissertações existentes nas instituições de ensino e pesquisa brasileiras*, destacado por concentrar trabalhos da pós-graduação nacional, facilitando a visualização do material a ser analisado nesta pesquisa.

A eleição da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações como fonte para coleta dos dados a serem trabalhados justifica-se pelo fato de a BDTD estar entre as instituições que privilegiam a preservação da produção científica no Brasil com vistas à divulgação e à socialização desse conhecimento, além de possibilitar o acesso à grande maioria da produção científica nacional. É importante salientar aqui que a BDTD possui o registro de mais de 200 mil teses e dissertações produzidas nas instituições de ensino superior brasileiras e é a segunda maior biblioteca digital do mundo⁸.

Entretanto, uma vez que nem todas as instituições de ensino têm parceria com a BDTD, com vistas à publicização da sua produção científica, e que é facultado ao autor a não publicação de sua obra, esse quantitativo registrado na Biblioteca Digital não contempla a totalidade da produção da pós-graduação nacional. Considerando-se esses dois fatores e tomando-se a BDTD como fonte dos dados a serem trabalhados nesta pesquisa, sabe-se de antemão que pode haver ainda algumas obras na área da drogadição não identificadas na elaboração do Catálogo resultante desta dissertação, o que de forma alguma afeta a relevância do trabalho proposto.

⁷ Fonte: <http://bdttd.ibict.br/pt/a-bdttd.html>, acessado em 25 jul 2012.

⁸ FONTE: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.

3.2 Notas sobre a coleta e análise dos dados e informações

Uma vez que a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações foi o espaço escolhido para a coleta dos dados a serem analisados neste trabalho investigativo, tornou-se pré-requisito ao processo de busca dos documentos acadêmicos a necessidade de se conhecer o sistema da BDTD. Tal conhecimento se faz importante por auxiliar na compreensão da dinâmica metodológica adotada.

A página da BDTD oferece dois tipos de busca⁹ para a pesquisa: a Procura Básica, ou consulta livre, “utilizada para descrever critérios de consulta mais flexível para o usuário”, que se dá a partir do preenchimento de um único campo; e a Procura Avançada, que possibilita “estritar a consulta para realizar pesquisas em apenas partes do documento original”, ocorre a partir do preenchimento de um ou mais dos seguintes campos: Assunto, Autor, Contribuidor, Grau (mestre ou doutor), Idioma, Instituição de Defesa (nome por extenso ou sigla), País, Resumo, Título.

O resultado da busca na BDTD é apresentado em páginas contendo no máximo 10 (dez) documentos cada uma. O consulente pode optar pela apresentação dos resultados com ou sem detalhes do documento. Quando a opção é pela apresentação do documento sem detalhes (“ocultar detalhes”), ficam disponíveis as informações: título, autor, contribuidores (inclui orientador), instituição de defesa, assunto e link para a instituição de ensino que detém o arquivo; no caso do consulente optar pela apresentação do documento com os detalhes (“mostrar detalhes”), ficam disponíveis as informações: título, autor, contribuidores (inclui orientador), instituição de defesa, assunto, resumo (em português e outro idioma), idioma, grau, ano de defesa e link para a instituição de ensino que detém o arquivo.

Foram realizados experimentos consultando pesquisas sobre o tema da drogadição nos dois tipos possíveis de “Procura”. Observou-se que os resultados se diferenciam significativamente entre essas buscas: a Procura Avançada é uma busca a partir da especificação de critérios, que, entretanto, excluiu uma quantidade importante de documentos que efetivamente tratam sobre a drogadição; a Procura Básica é mais abrangente e resulta em relatório com maior número de documentos, mas que requer a realização da seleção e análise dos documentos, visando identificar aqueles que se referem à temática objeto de interesse do

⁹ FONTE: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.

consulente. Os dois tipos de busca demandam a análise das informações dos documentos para identificar aqueles de interesse do pesquisador.

Tendo em vista os aspectos acima relacionados às possibilidades de pesquisa e resultados oferecidos pela BDTD, passou-se a fazer experimentos de busca com o fim de definir o procedimento mais adequado aos objetivos desta investigação. Ao realizar buscas com os termos próximos do objeto de pesquisa nos dois tipos de busca, detectou-se a não inclusão de diversos documentos na “Procura Avançada”. Este fato determinou a opção por realizar a seleção dos documentos na “Procura Básica”, apesar da constatação de que é um tipo de busca que requer maior esforço e tempo na atividade de consulta e seleção dos documentos pertinentes a uma pesquisa. Além disso, considerou-se o fato de que se tem por objetivo a construção de um Catálogo que contemple o maior número possível de documentos relacionados ao tema proposto.

Para a realização da coleta dos documentos (teses e dissertações) que comporão o *corpus* dessa pesquisa, foi definida a utilização de 12 (doze) termos identificados com a temática da drogadição, quais sejam: adicção; adicto; comunidade terapêutica; dependência química; droga(s); drogadição; entorpecente; fazenda terapêutica; redução de danos; toxicômano; toxicomania; e usuário de drogas. Os resultados obtidos foram apresentados na opção “com detalhes”, tendo em vista a necessidade de visualizar o resumo para a seleção dos documentos oferecidos na página.

A partir dos termos elencados, iniciou-se a busca das teses e dissertações. A cada página com grupos de dez documentos apresentados, procedeu-se uma leitura não minuciosa dos resumos, que tinha por objetivo apenas identificar nas informações da dissertação ou tese a temática da drogadição. As informações das pesquisas que apresentavam algum conteúdo relacionado com a drogadição foram inseridas na planilha Excel constituída com os seguintes dados: título, autor, identificação do termo através da qual foi localizada, instituição de origem, local e ano.

Esta atividade resultou em 621 documentos. Com o auxílio das ferramentas disponíveis na Planilha Excel, detectou-se que muitas das teses e dissertações selecionadas estavam repetidas, fato decorrente do formato do sistema da BDTD, que possibilita que um mesmo documento seja encontrado através da busca por termos distintos.

Foi necessário realizar, então, uma triagem dos registros com o fim de identificar os casos de duplicidades, o que foi feito a partir da análise e conferência da relação dos documentos encontrados e registrados na planilha Excel. Nesta atividade foram excluídos

todos os registros que se repetiam, resultando em 306 documentos, entre teses e dissertações, que efetivamente tratam da temática da drogadição.

A partir da relação contendo os 306 títulos, que passou a constituir o *corpus* principal desta investigação, foi construída uma nova relação na planilha Excel, contendo os dados de interesse para a confecção do Catálogo de teses e dissertações, quais sejam: título, autor, IES, local (estado federativo), ano e endereço eletrônico (*link* de acesso).

Procedeu-se, então, à uma leitura final dos resumos, na página da BDTD, desta vez visando alocar os documentos em três categorias elencadas intencionalmente para demonstrar a produção acadêmica nessa área, que são: “Comunidades Terapêuticas”, “Redução de Danos” e “Políticas Públicas”. Resultaram 124 pesquisas acadêmicas, como abaixo se demonstra:

Quadro 1 – Número de pesquisas constantes no Catálogo

	TESES	DISSERTAÇÕES
Comunidades Terapêuticas	02	20
Redução de Danos	06	16
Políticas Públicas	15	65
TOTAL	23	101
TOTAL GERAL	124	

FONTE: Biblioteca digital de Teses e Dissertações

As teses e dissertações restantes (182 documentos), embora com conteúdo relacionado ao uso de droga, não foram incluídas no Catálogo sobre a drogadição por tratarem do assunto sob um foco diferente, não sendo identificadas com as três categorias elencadas. O processo de seleção, recorte e análise das informações contidas nos documentos, adotado nessa investigação, levou à construção de um banco de dados que tornou possível “dar forma conveniente e representar de outro modo essa informação” (BARDIN, 2011, p. 51). Bardin diz que a análise documental é “uma fase preliminar da constituição de um serviço de documentação ou de um banco de dados” (BARDIN, 2011, p. 51).

O resultado da execução das fases desenvolvidas foi um conjunto de documentos classificados por categorias, que constituíram o Catálogo proposto, nele contempladas as

informações individuais de cada tese e dissertação, com vistas a facilitar a utilização adequada e qualificada do material por parte do consulente. Além de construir o Catálogo mencionado, outro resultado desse processo foi a consolidação dos dados quantitativos, através dos quais se descreveu a situação da pesquisa sobre a drogadição, destacando aspectos que identificam a presença dos estudos nesta área e que possibilitam analisar a situação dos mesmos no contexto atual. Estes resultados são apresentados a seguir no capítulo 4.

4 AS PRODUÇÕES BIBLIOGRÁFICAS EM DESTAQUE

De posse dos documentos selecionados para comporem o *corpus* desta pesquisa, conforme foi abordado no capítulo anterior, realizou-se a organização e sistematização dos dados (GIL, 1999, p. 168), a partir da análise dos resumos e dos demais itens disponíveis. Essa tarefa tornou possível o estabelecimento das categorias, a tabulação das informações, a criação de textos e outras ações necessárias à composição do catálogo aqui proposto. Nesse sentido, quanto à análise dos documentos, destaca-se o que Bardin (2011) refere nesse aspecto, quando diz que

a abordagem quantitativa e a qualitativa não têm o mesmo campo de ação. A primeira obtém dados descritivos por meio de um método estatístico. (...) A segunda corresponde a um procedimento mais intuitivo (BARDIN, 2011, p. 145).

Desta forma, a coleta, seleção e análise dos documentos, além de possibilitar a composição de um banco de dados com o fim de divulgar e socializar o acervo da pesquisa na área da drogadição, também vai propiciar a utilização dos dados coletados para criar demonstrativos que permitem o reconhecimento e a reflexão da situação do tema proposto, o que é feito a seguir.

4.1 Os Achados da Pesquisa

Nesta parte do trabalho, são demonstrados os dados quantitativos resultantes da pesquisa de teses e dissertações sobre a drogadição no Brasil, recolhidos na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Através da compilação dessas informações pretende-se tornar compreensível a situação quantitativa da pesquisa sobre o assunto no Brasil. Bardin (2012) diz que normalmente começamos uma análise às cegas e sem saber “por qual ponta começar” (Bardin, 2012, p. 36). Foi exatamente esse o caminho dos demonstrativos que se seguem, feitos, inicialmente, “às cegas” e sem saber “por qual ponta começar”. Entretanto, a familiarização com os dados encontrados delineou um percurso que permitiu esclarecer a dimensão e a abrangência do tema escolhido.

De fato, o acervo de documentos encontrado na BDTD tornou possível considerar a relevância da inclusão deste panorama quantitativo na presente pesquisa, pois os dados quantitativos, além de propiciarem uma maior aproximação com a temática, permitem que se tenha uma visão mais clara do assunto, especialmente no que se refere à situação da pesquisa produzida no país.

Bardin (2012) salienta que “na análise quantitativa, o que serve de informação é a *frequência* com que surgem certas características do conteúdo” (BARDIN, 2012, p. 26). Assim, a avaliação dos dados quantitativos enriquece as informações relacionadas aos fatos do que se pretende estudar, bem como proporciona condições para uma reflexão qualificada. Goldenberg adverte que à medida que são analisados, os números passam a ter significado, mesmo em uma análise acompanhada da subjetividade do pesquisador (GOLDENBERG, 1997, p. 14). É com vistas à compreensão do que está inserido no contexto das informações quantitativas que são feitas as considerações a seguir, relativas a alguns dados encontrados, consequentes das compilações necessárias à montagem do Catálogo.

A organização dos documentos apresentados pela BDTD foi realizada por meio de ações de análise e seleção, que resultaram nos números apresentados no quadro abaixo:

Quadro 2 – Resultado da busca por termo

TERMO UTILIZADO	TESES			DISSERTAÇÕES		
	Pesquisas Encontradas	Pesquisas do tema	Pesquisas Utilizadas	Pesquisas Encontradas	Pesquisas do tema	Pesquisas Utilizadas
Adicção	04	02		08	03	
Adicto	04	03		13	09	
Comunidade terapêutica	74	03		208	17	
Dependência química	146	16		222	46	
Droga(s)	500*	96		500*	165	
Drogadição	06	03		41	25	
Entorpecente	08	03		21	04	
Fazenda terapêutica	01	00		04	04	
Redução de danos	144	14		349	29	
Toxicomania	07	07		27	21	
Toxicômano	00	00		14	09	
Usuário de drogas	65	33		204	109	
Total de documentos	1.363	180	87	1.611	441	219

(*) A BDTD informa mais de duas mil pesquisas com o termo, mas apresenta no máximo 500 documentos.

FONTE: Biblioteca digital de Teses e Dissertações

Destaca-se a seguir os procedimentos adotados na elaboração deste quadro, com o fim de melhor compreender os dados e respectivos resultados indicados:

- a) A coluna *pesquisas encontradas* se refere às ações de busca nos doze termos elencados, cujo número de documentos oferecidos na BDTD foi de 1.363 teses e de 1.611 dissertações, totalizando 2.974 produções acadêmicas.
- b) A coluna *pesquisas do tema* mostra o resultado da atividade que envolveu uma rápida análise dos resumos, buscando identificar os documentos cujo assunto estivesse relacionado à drogadição, com o sentido de uso de substância psicoativas, que é o objeto desta pesquisa. Esta etapa resultou em 621 documentos, que representa a soma de 180 teses e 441 dissertações. Os demais documentos trazem os termos pesquisados de forma genérica ou relacionados a outras áreas.
- c) A coluna *pesquisas utilizadas* é o resultado a que se chegou após a triagem de registros duplos referentes ao mesmo trabalho científico. Essa ação resultou em 87 teses e 219 dissertações, somando 306 documentos que passaram a constituir o conjunto de pesquisas que tratam efetivamente da temática da drogadição, a ser estudado nesta investigação.

Cabe esclarecer que para a formação do Catálogo, que prevê a inclusão somente das pesquisas acadêmicas relativas às categorias “Comunidades Terapêuticas”, “Redução de Danos” e “Políticas Públicas”, ainda foi necessário um último processo de seleção que determinou a exclusão das pesquisas que tratassem da temática da drogadição sob outro foco, como já foi demonstrado em capítulo anterior.

Os dados do Quadro demonstram que o amplo acervo das produções acadêmicas requer a ação do pesquisador no sentido de garimpar documentos de interesse, bem como que é proveitosa e necessária a construção de sistematizações que concentrem as produções de assuntos afins, objetivando auxiliar as pesquisas temáticas e suas aplicações no contexto acadêmico e social. A distância quantitativa entre os documentos disponibilizados e os efetivamente úteis é bastante grande. Tomando os dados das “pesquisas encontradas”, vê-se que somente 10,28% do total encontrado foi selecionado, o que significa desperdício de tempo e esforço para o consulente interessado.

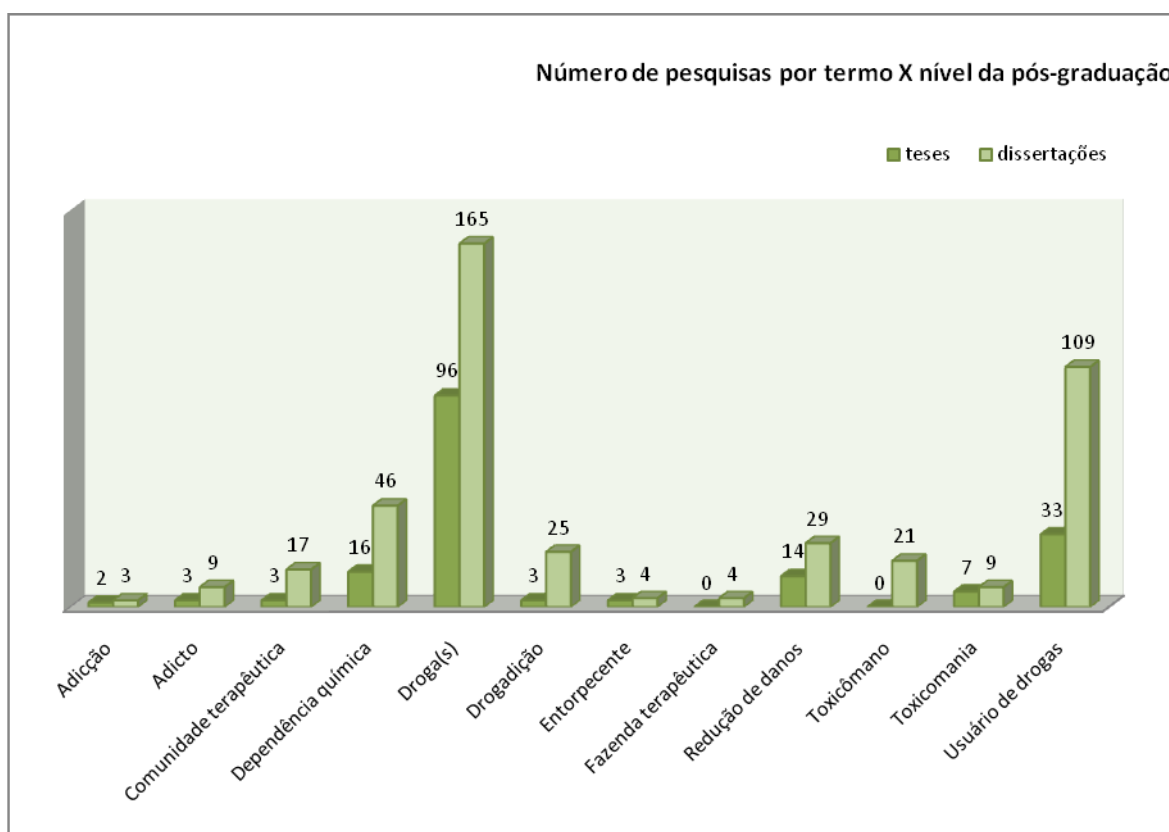
Ainda em relação às informações evidenciadas no Quadro 2, quanto ao número de pesquisas por termo procurado, analisando a coluna “pesquisa por tema”, verifica-se que

42,02% dos estudos referentes à drogadição concentram-se no termo “droga”. Os demais documentos encontram-se dispersos nos outros termos utilizados, fato que reforça a necessidade de concentrar as buscas em diversos termos relacionados com a temática com o fim de se obter resultados mais completos e adequados às necessidades do usuário.

O mesmo quadro demonstra que os documentos encontrados que envolvem estudos sobre estratégias de prevenção e/ou tratamento do dependente químico totalizam 9,99% e se encontram em duas categorias elencadas nesta pesquisa: a Redução de Danos, que desponta com 6,77%, enquanto os estudos sobre Comunidade Terapêutica representam apenas 3,22%.

Estes dados são demonstrados no Gráfico 1, para fins de melhor visualizar a relação das pesquisas disponíveis por termo e nível da pós-graduação:

Gráfico 1 – Quantitativo de pesquisas por termo



FONTE: Biblioteca digital de Teses e Dissertações

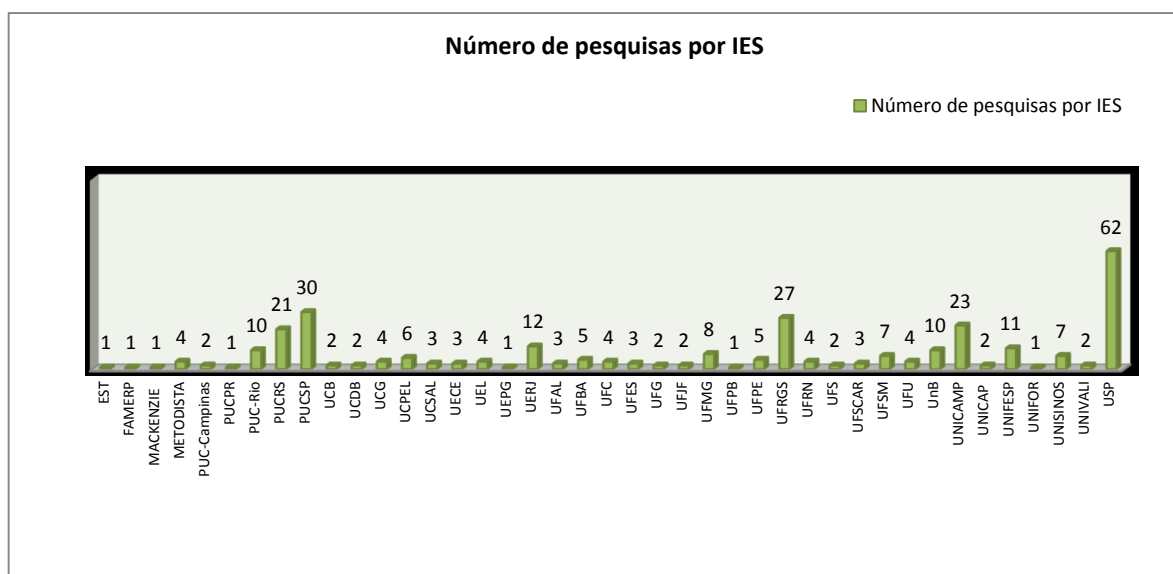
As informações apresentadas até aqui tiveram como base os quantitativos iniciais das buscas, ou seja, contemplou-se os primeiros 621 documentos relacionados à temática desta investigação, com o propósito de demonstrar aspectos do funcionamento do sistema que a

BDTD oferece ao consultante, no qual, por um lado, possibilita o acesso a um acervo tão extenso de documentos, mas, por outro, traz a necessidade de se realizar uma triagem minuciosa dos documentos úteis ao usuário.

A partir daqui busca-se refletir sobre os resultados encontrados no decorrer da construção do Catálogo, formado pelo conjunto de teses e dissertações que efetivamente tratam do uso de substâncias psicoativas. Neste conjunto foram encontradas 306 pesquisas acadêmicas, 124 das quais fazem parte do Catálogo “Mapeando um Patrimônio Científico (1981-2012): Produção Acadêmica sobre a Drogadição no Brasil (Comunidades Terapêuticas, Redução de Danos e Políticas Públicas)”, distribuídas nas Categorias “Comunidades Terapêuticas”, “Redução de Danos” e “Políticas Públicas”. As 182 restantes abordam a drogadição sob outros aspectos, mas entendeu-se pertinente incluí-las nesta reflexão.

No que se refere à "instituição de ensino" de origem das pesquisas, tem-se que 41 Instituições de Ensino Superior aparecem nos resultados e que as duas primeiras com a maior concentração de documentos encontram-se em São Paulo: Universidade de São Paulo – USP e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP fornecem 30,06% da produção nacional vinculada ao tema estudado aqui. O Estado de São Paulo é o maior produtor de pesquisas acadêmicas na área da drogadição do país. Este Estado aparece com 134 pesquisas, o que significa 43,79% do total de documentos encontrados. O Rio Grande do Sul fica em segundo lugar com a produção de 69 pesquisas, o que quer dizer 22,54% do total de pesquisas encontradas na BDTD sobre a drogadição.

Gráfico 2 – Quantitativo de pesquisas por IES



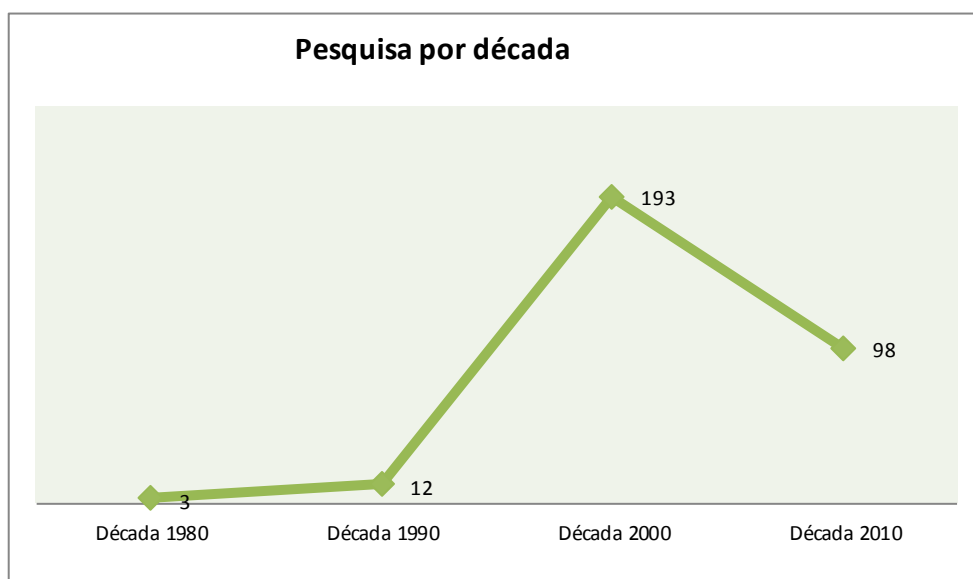
FONTE: Biblioteca digital de Teses e Dissertações

Estes dados também indicam que a maior concentração da pesquisa acadêmica está nas regiões sul e sudeste (82,67%), representados principalmente por São Paulo e Rio Grande do Sul, ou seja, estes Estados fornecem dois terços da produção de pesquisas deste assunto. As demais regiões produziram menos de vinte por cento do total da pesquisa sobre a drogadição, informação que acompanha somente em parte a constatação de que estão nas regiões sul e sudeste os maiores índices relacionados ao uso de drogas. Conforme os dados divulgados no Levantamento Nacional de Álcool e Drogas, feito pela UNIFESP, 53% dos usuários de drogas estão nas regiões sul e sudeste e 47% nas demais regiões do país¹⁰. Na comparação uso de droga e estudos científicos, isso significa que a pesquisa nesta área não acompanha a presença do problema nas regiões norte, centro-oeste e nordeste, o que seria desejável com o fim de proporcionar um direcionamento adequado no que se refere ao atendimento para os usuários de drogas e também à sociedade em geral.

Outra análise interessante que se faz das teses e dissertações elencadas nesta pesquisa trata da "produção anual" das Instituições de Ensino Superior. A tese mais antiga encontrada na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações data de 1981, sendo que somente três pesquisas foram encontradas disponíveis nessa década. A década de 1990 aparece com 12 pesquisas, dez delas realizadas em universidades paulistas. A década de 2000 fornece 193 dissertações e teses e só no período de 2010 a 2012 já aparecem 98 resultados.

O crescimento numérico da pesquisa é bastante acentuado a partir da década de 2000, o que é decorrente não só do desenvolvimento da educação no Brasil, que tem proporcionado maior acesso ao Ensino Superior e à Pós-Graduação, mas também é consequência da dimensão que o problema da dependência química vem alcançando no país. Outro fator relevante nesse aumento de produção é o fato de que as Instituições de Ensino Superior estão amplamente inseridas no contexto das Políticas Públicas do Governo Federal, como é o caso da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e do Ministério da Saúde, que possuem publicações específicas de políticas relacionadas à drogadição. O envolvimento das instituições de ensino se dá não só através da aplicação do conhecimento em atividades voltadas à comunidade usuária e à sociedade em geral, como também no sentido de subsidiar os órgãos da administração pública com informações, estudos e produções científicas, visando à implantação de ações estratégicas voltadas à busca de soluções.

¹⁰ FONTE: Jornal Metro, 2012, p. 5.

Gráfico 3 – Quantitativo de pesquisas por década¹¹

FONTE: Biblioteca digital de Teses e Dissertações

Observa-se, no gráfico acima, que a produção acadêmica cresceu muito no período de 2000 a 2009. Embora o dado apresentado referente à década de 2010 contemple somente o período de 2010 a 2012, o mesmo já significa em torno de 50% da produção da década anterior e 30% da produção do período contemplado neste documento (1981-2012).

Por outro lado, a análise anual dos resultados demonstra o crescimento da produção a partir da segunda metade da década de 2000, sendo que em 2009 identifica-se o maior número de pesquisas disponibilizadas – 50 documentos. Importante ressaltar que em alguns anos, especialmente na década de 1980, não houve nenhuma publicação acadêmica na área disponível na BDTD. Estes dados não significam a inexistência de pesquisa nesta área, já que nem todas as instituições de ensino autorizam o acesso a seus acervos acadêmicos através dessa biblioteca digital.

A seguir demonstra-se a produção de teses por ano, separadas por décadas.

¹¹ A década de 2010, ainda que com resultados parciais, está contemplada com o fim de demonstrar o comportamento da pesquisa sobre a drogadição no período.

Quadro 3 – Produção anual de teses e dissertações

ANO	Nº PESQ	ANO	Nº PESQ	ANO	Nº PESQ	ANO	Nº PESQ
1980	0	1990	0	2000	3	2010	46
1981	1	1991	1	2001	4	2011	36
1982	0	1992	2	2002	5	2012	16
1983	0	1993	0	2003	13		
1984	0	1994	1	2004	16		
1985	1	1995	2	2005	18		
1986	0	1996	2	2006	34		
1987	1	1997	1	2007	25		
1988	0	1998	0	2008	25		
1989	0	1999	3	2009	50		

FONTE: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações

Pelos demonstrativos acima, pode-se concluir que há muito o que fazer na área da pesquisa sobre a temática da drogadição. Conforme foi dito, percebe-se um descompasso ao considerar-se a comparação entre a produção acadêmica e o problema social da drogadição: enquanto há uma concentração dos documentos em determinadas regiões, como é o caso de São Paulo, na região sudeste, sabe-se que o uso de substâncias psicoativas se distribui por outros Estados. Outro fator demonstrado e que pode esclarecer o crescimento do problema da drogadição no Brasil são os poucos estudos encontrados na década de 1990, quando o país já percebia a drogadição como uma epidemia que tinha consequências como a AIDS e a hepatite, além de outros danos com reflexos sociais.

Entretanto, a segunda metade da década de 2000 apresenta um crescimento importantíssimo da pesquisa na área da drogadição, que vem em decorrência não só do investimento que o país está fazendo neste campo, como também do aperfeiçoamento e da consolidação das políticas públicas implantadas que acabam por criar demandas que estimulam novos trabalhos na busca de estratégias de solução.

Insere-se neste contexto a preocupação do CNPq voltada para a implementação de políticas relacionadas à memória da ciência e da tecnologia do Brasil, já que a consolidação da produção acadêmica como patrimônio científico e cultural também proporcionam ações que qualificam a pesquisa nacional. Assim, os investimentos nacionais não se aplicam somente à pesquisa em si, mas também à preservação, difusão e socialização dessa pesquisa. O crescimento identificado a partir da década de 2000 é um reflexo disso, ou seja, da conscientização de que a ciência produzida deve ser preservada com o fim de cumprir seu papel social, mas também de que esses acervos constituem a história e a memória de um segmento da vida nacional.

4.2 O desenho do Catálogo “Produção Acadêmica Sobre a Drogadição no Brasil: Um Patrimônio Científico”

O Catálogo construído a partir da presente pesquisa inclui 101 dissertações e 23 teses, totalizando 124 pesquisas acadêmicas produzidas pelas Instituições de Ensino Superior do Brasil, no período de 1981 a 2012, e disponibilizados na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações.

Essa produção foi incluída no Catálogo distribuída em três categorias, quais sejam: “Comunidades Terapêuticas”, “Redução de Danos” e “Políticas Públicas”. Em cada uma dessas categorias, as teses e dissertações são relacionadas em ordem alfabética, contendo os seguintes elementos de identificação: título, autor, IES de origem, local da IES, ano da produção, resumo e link de acesso.

Assim, o Catálogo está organizado com o formato a seguir:

Folha de Rosto
Ficha Catalográfica
Sumário
Apresentação
Introdução
COMUNIDADES TERAPÊUTICAS
Teses
Dissertações
REDUÇÃO DE DANOS
Teses
Dissertações
POLÍTICAS PÚBLICAS
Teses
Dissertações
Índice de Trabalhos
Índice de Autores

O catálogo será editado em mídia CD e e-book, para distribuição em instituições e entidades que atuam com a problemática da drogadição.

CONCLUSÃO

O interesse pela temática da drogadição levou esta pesquisadora à procura de materiais que propiciassem conhecimento sob a perspectiva científica do assunto. No decorrer dessa busca, muitos artigos, pesquisas, políticas e legislações relacionados com a área da drogadição foram encontrados durante o processo de investigação. O universo de textos assim constituído permitiu perceber, por um lado, a abundante produção de conhecimento nessa área, mas, por outro, a fragilidade nas questões relacionadas à divulgação e à socialização deste conhecimento disponível. Tal constatação gerou a intenção de organizar um catálogo a partir do levantamento criterioso da produção científica realizada pelos Programas de Pós-Graduação das instituições de ensino superior do Brasil. Teve-se como objetivo criar um instrumento no qual a pesquisa existente sobre a drogadição esteja concentrada, com vistas a proporcionar a socialização do conhecimento científico produzido nessas instituições, permitindo o acesso às teses e às dissertações disponíveis na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, espaço escolhido para a coleta de material e realização deste trabalho.

No processo de busca do material para esta investigação, foram surgindo diversos questionamentos relacionados ao volume de documentos encontrados e, especialmente, quanto à adequada utilização da pesquisa. Algumas questões se levantavam insistentemente: quanto destes documentos são lidos?; o conhecimento neles registrado é aplicado adequadamente? Não há aqui a pretensão de se chegar de forma objetiva às respostas a essas indagações. Entretanto, este Catálogo foi elaborado na expectativa de que contribua com a comunidade científica, instituições e segmentos da sociedade envolvidos na causa da drogadição, tanto no sentido de divulgar e socializar os trabalhos que o compõem, quanto no sentido de que o acesso a esse conhecimento já existente possibilite o encaminhamento de novos estudos, o aperfeiçoamento da aplicação dos resultados, o aprimoramento do atendimento aos usuários e o conseqüente benefício à população em geral na perspectiva da melhoria das condições de vida.

Na fase de finalização desta pesquisa, foi publicada uma matéria no jornal Zero Hora, de Porto Alegre/RS, encarte Vida, que claramente confirmou a importância do trabalho aqui empreendido e a relevância social do resultado a que se chegou. A matéria fazia referência aos métodos utilizados nos tratamentos para usuários de drogas, chamando a atenção para o fato de que estes estão dissociados das “abordagens científicas modernas” (ZH, 23/02/2013, p. 08). A construção do Catálogo “Mapeando um Patrimônio Científico (1981-2012): Produção

Acadêmica sobre a Drogadição no Brasil (Comunidades Terapêuticas, Redução de Danos e Políticas Públicas)”, resultado desta dissertação, tem por objetivo justamente facilitar, a instituições e profissionais que atuam na área da drogadição, o acesso às abordagens científicas modernas produzidas nas IES, possibilitando a utilização dos resultados da produção acadêmica por parte de diferentes segmentos sociais.

De fato, as instituições de ensino superior, especialmente através dos estudos de pós-graduação, são o local privilegiado de inovação científica e de produção do conhecimento. Urge, então, que esse conhecimento ultrapasse qualquer acastelamento institucional e seja disponibilizado também àqueles órgãos e segmentos sociais que têm atuação direta com os envolvidos no problema discutido - no caso aqui, aos que trabalham com a situação da drogadição e com a elaboração de políticas públicas nessa área. Não é pequeno, porém, o número de teses e dissertações que tratam do uso de substâncias psicoativas em distintas áreas do conhecimento e sob diferentes aspectos de abordagem. Isso justifica a necessidade de um recorte para a elaboração da pesquisa e confecção do Catálogo, que é feito a partir de uma seleção intencional dos documentos coletados, organizando-os em três categorias: “Comunidades Terapêuticas”, “Redução de Danos” e “Políticas Públicas”.

Assim, após um comentário introdutório (Capítulo 1), essas três categorias foram abordadas com maior atenção (Capítulo 2). E, uma vez que esta dissertação está inserida em um curso de Mestrado que tem um olhar sobre questões atinentes aos conteúdos de memória social e bens culturais, entendeu-se pertinente contemplar, também, alguns aspectos relacionados à memória, cultura, patrimônio, documento e ambiente virtual, reproduzindo um pouco do que os pesquisadores das respectivas áreas têm proposto e discutido. Tais tópicos são importantes neste estudo, pois são temas que contribuíram para a compreensão do assunto abordado e, conseqüentemente, para a realização desta investigação e construção do Catálogo, identificado, então, como patrimônio científico.

O capítulo 3 dá lugar a algumas considerações sobre a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações - BDTD, sendo abordados o seu sistema de busca, bem como o caminho metodológico percorrido para a construção do Catálogo a partir da identificação das teses e dissertações sobre drogadição. A apresentação da metodologia utilizada permitiu demonstrar as dificuldades que o sistema da BDTD oferece ao usuário. Nesse sentido, foi destacada a diferença quantitativa dos resultados obtidos entre a busca avançada e a busca básica. A primeira oferece um maior número de filtros, entretanto essa busca omite uma quantidade significativa de documentos que poderiam (ou deveriam) ser apresentados aos consulentes. Já a busca básica traz como resultado um maior número de documentos, entretanto nem todos

eles são pertinentes ao que realmente é pesquisado, tornando-se necessário realizar uma seleção desses documentos a partir dos resumos que o sistema disponibiliza.

No capítulo 4, privilegiou-se a informação referente aos dados quantitativos do presente estudo, o que permitiu reconhecer algumas características da pesquisa brasileira sobre a temática da drogadição. Entre as questões abordadas, citam-se: onde a temática está mais concentrada; quais as instituições de ensino superior com maior produção acadêmica na área; quais os períodos de produção; e o comparativo dos resultados oferecidos pelo sistema de busca da Biblioteca Digital. Esses dados são resultantes da atividade de construção do Catálogo, em que foi necessária uma organização prévia das informações pesquisadas. À medida em que os resultados foram sendo compilados em planilha Excel, considerando-se as necessárias etapas de seleção dos documentos válidos, entendeu-se pertinente elaborar demonstrativos que descrevessem de forma concisa o conteúdo encontrado na BDTD. Ao final do quarto capítulo, é acrescentado, então, o desenho do Catálogo.

No presente capítulo, cabe tecer ainda algumas considerações sobre as questões ligadas à produção científica, atualmente inserida nas discussões relacionadas com a preservação, a memória e a disseminação da produção acadêmica. O CNPq destaca, na sua Política Nacional de Memória da Ciência e da Tecnologia, a necessidade de valorizar as pessoas e as instituições produtoras de conhecimento, enfatizando a importância de proteger e disponibilizar o acesso a esse patrimônio que, como diz o texto, faz parte da cultura nacional. Nesse sentido, a proliferação das mídias digitais e a possibilidade de acesso às produções através do ambiente virtual são recursos que levam ao crescimento e ao desenvolvimento da ciência. Por outro lado, a carência de ferramentas que proporcionem um acesso mais direcionado aos acervos bibliográficos de interesse do usuário caracteriza-se como fator que fragiliza o potencial da produção acadêmica existente.

No caso da BDTD, instituição que tem como finalidade concentrar a produção científica da pós-graduação nacional, torna-se indispensável a realização de buscas minuciosas das teses e dissertações disponíveis com vistas a atender à demanda de documentos sobre determinada temática. Essa realidade requer considerar a necessidade de se adotar ações que qualifiquem as atividades relacionadas à preservação e principalmente à divulgação da pesquisa científica. A BDTD possui mais de duzentas mil teses e dissertações produzidas no Brasil. Para a presente investigação, inicialmente foram encontrados aproximadamente três mil documentos resultantes da busca por termos relacionados à drogadição. Destes, somente 306 foram considerados válidos para a presente pesquisa, ou seja, literalmente garimpados nesse imenso acervo por tratarem o tema estudado sob o aspecto

do uso de substâncias psicoativas, temática de interesse desta dissertação por sua relevância e, em decorrência disso, pela necessidade de ser encarada com seriedade por todos os segmentos sociais.

Assim, o Catálogo aqui construído, contemplando a produção acadêmica produzida no país sobre a drogadição, pretende ser uma contribuição que viabilize a divulgação e socialização do conhecimento gerado pelas instituições de ensino, com a finalidade de alcançar as comunidades atingidas pelos danos causados pela droga. Para tanto, o conjunto de teses e dissertações constituintes do Catálogo elaborado neste curso de mestrado profissionalizante será disponibilizado em mídia eletrônica através de CD e e-book, para distribuição e divulgação junto aos diversos setores da sociedade ligados à drogadição e saúde. Entre as instituições e serviços a serem beneficiados pelo material aqui elaborado estão: os CAPS-AD; o Centro de Pesquisa em Álcool e Drogas do HCPA; o Serviço Viva Voz da Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre; a Rede Multicêntrica da UFRGS; as Bibliotecas da UFRGS e do Unilasalle; Secretarias Estadual de Saúde; Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre; Escola de Saúde Pública e outros a serem oportunamente identificados.

Ao finalizar esta caminhada investigativa, é importante salientar o crescimento pessoal, intelectual e profissional que este Mestrado Profissionalizante possibilitou. Partindo-se de um conhecimento restrito acerca da drogadição, a opção de trabalho com a temática permitiu vislumbrar a existência de tão significativo número de produção na área, trazendo com isso, a preocupação quanto ao acesso e uso dessa documentação. Fato é que um valioso material tem permanecido nas estantes do meio virtual sem que seja disponibilizado à grande parte da sociedade, inclusive àqueles com real interesse e necessidade de sua utilização. Assim, a construção do Catálogo parte de uma motivação pessoal no sentido de organizar esse fantástico número de documentos e se concretiza na possibilidade de trazer um resultado que possa ser útil à sociedade.

A relação com o curso de Memória Social e Bens Culturais leva a uma visão de responsabilidade com as questões relativas à patrimônio e memória, gerando a necessidade de aproveitar este espaço para trazer algum tipo de reflexão sobre a pesquisa desenvolvida nos programas de pós-graduação das IES, objeto dessa investigação. O fato de condensar as teses e dissertações sobre drogadição no Catálogo contribui não só para a socialização do conhecimento produzido na academia, mas também para a conscientização da importância da produção científica como patrimônio cultural.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo : Edições 70, 2011.

Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. Resolução RDC 101/01, de 30 de maio de 2001.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. Resolução RDC 29/11, de 30 de junho de 2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Política Nacional de Memória da Ciência e da Tecnologia. Relatório da Comissão Especial constituída pela Portaria 116/2003 do Presidente do CNPq. Brasília, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação, Portal Domínio Público.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Álcool e redução de danos: uma abordagem inovadora para países em transição / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – 1. ed., Brasília: Ministério da Saúde, 2004

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Coordenação Nacional de DST/Aids. A Política do Ministério da Saúde para atenção integral a usuários de álcool e outras drogas / Ministério da Saúde, Secretaria Executiva, Coordenação Nacional de DST e Aids. – Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.028, de 01 de julho de 2005.

BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. Legislação e Políticas Públicas sobre Drogas. Brasília, 2010.

BRODY, Jane E. **Dependentes do passado**. Zero Hora. Porto Alegre, 23/02/2013, Caderno nº 1.111. Caderno Vida, p. 8.

COSTA, Selma Frossard. **As políticas públicas e as comunidades terapêuticas nos atendimentos à dependência química**. Disponível em <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/pdf/2009/29%20AS%20POL%20CDCAS%20P%20DABLICAS%20E%20AS%20COMUNIDADE%20TERAP%20CAUTICAS-COM%20REVIS%20DO%20AUTOR.pdf>

DE LEON, George. **A comunidade terapêutica: teoria, modelo e método**. São Paulo: Loyola, 2012.

DODEBEI, Vera Lúcia Doyle. O sentido e o significado de documento para a memória social. 1997. 170f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

DODEBEI, Vera Lúcia Doyle. **Digitalização do patrimônio e organização do conhecimento**. VIII ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. Salvador, 2007. Disponível em <http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT2--071.pdf>. Acesso em 03 out 2012.

DODEBEI, Vera Lúcia Doyle. Patrimônio digital. Objeto virtual de qual memória? In: LOPES, Cícero Galeano et al. (Org.). **Memória e Cultura: perspectivas transdisciplinares**. Canoas: Salles, 2009. p. 255-270. (Série memória e patrimônio, 1).

DODEBEI, Vera Lúcia Doyle. Cultura digital: novo sentido e significado de documento para a memória social?. **Revista de Ciência da Informação**. V. 12, n. 2, 2011.

DODEBEI, Vera e GOUVEIA, Inês. Memória do futuro no ciberespaço: entre lembrar e esquecer. DataGramZero – **Revista de Ciência da Informação**. V. 9, nº 5, out/2008.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª ed., São Paulo, Atlas, 1999.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1997.

GONCALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v 11, n. 23 de Junho de 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832005000100002&lng=en&nrm=iso>. acesso em 27 de fevereiro de 2013.

GONDAR, Jô. Memória individual, memória coletiva, memória social. Morpheus – **Revista Eletrônica em Ciências Humanas**. Ano 08, nº 13, 2008, p. 1-6.

GRANATO, Marcus, CAMARA, Roberta Nobre e MAIA, Elias da Silva. **Valorização do patrimônio científico e tecnológico brasileiro: concepção e resultados preliminares**. XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. Rio de Janeiro, 2010.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**, versão 1.0.7, Editora Objetiva Ltda, setembro de 2004.

JONES, Maxwell. **A comunidade terapêutica**. Petrópolis: Vozes 1972.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5ª ed., Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

MARTINS, José de Souza. Morte da memória científica. **Estadão**, 22 mai 2010. Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos,morte-da-memoria-cientifica,555146,0.htm>. Acesso em 20 jul 2012.

MONTEIRO, Silvana, CARELLI, Ana e PICKLER, Maria Elisa. **Representação e memória no ciberespaço**. Brasília, v. 35, n. 3, p. 115-123, set./dez. 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis : Vozes, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. Pesquisa qualitativa em saúde. 9ª ed., São Paulo: Hucitec; 2006.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury . **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP, n. 10, p. 7-28, 1993.

Organização das Nações Unidas. Escritório UNODC.

PAES, Paulo Cesar Duarte. Ensino aprendizagem na prática da redução de danos. Tese (Doutorado em Metodologia de Ensino). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2006.

PENNA, Rejane. Velhas fotografias, cartas e papéis: arquivos particulares e os novos rumos no campo do patrimônio cultural no interior de um arquivo histórico. In: FRANÇA, Maria Cristina C. de C. et al. (Org.). **Patrimônios memoriais**: identidades, práticas sociais e cibercultura. Canoas: Salles, 2019. p. 157-167. (Série memória e patrimônio, 2).

QUEIROZ, Isabela Saraiva de. Os programas de redução de danos como espaços de exercício da cidadania dos usuários de drogas. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 21, n. 4, dez. 2001. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932001000400002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 10 jan. 2012.

RIBEIRO, Marciana Leite. **Reflexões sobre o resguardo da memória científica do INPE**. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). São José dos Campos. Disponível em http://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&ie=UTF-8#hl=pt-BR&output=search&scient=psy-ab&q=REFLEX%C3%95ES%20SOBRE%20O%20RESGUARDO%20DA%20MEM%C3%93RIA%20CIENT%C3%8DFICA%20DO%20INPE&oq=&gs_l=&pbx=1&fp=d2cf0bf3ce5e6309&bav=on.2,or.r_gc.r_pw.r_qf.,cf.osb&biw=1024&bih=617. Acesso em 20 jul. 2012.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da e ECKERT, Cornelia. Etnografia da duração: estudos de memória coletiva. In: LOPES, Cícero Galeano et al. (Org.). **Memória e Cultura**: perspectivas transdisciplinares. Canoas: Salles, 2009. p. 39-68. (Série memória e patrimônio, 1).

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de e GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Ano I - Número I - Julho de 2009.

SAMPAIO, Christiane e FREITAS, Deisi Sangoi. **Redução de danos e SUS: enlaces, contribuições e interfaces**.

<http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/rdchristianedeisi.pdf>, Acesso em 13 set 2012.

SAYAO, Luis Fernando. Afinal, o que é biblioteca digital?. **Rev. USP**, São Paulo, n. 80, fev. 2009 . Disponível em <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-99892009000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 25 jul 2012.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

SOUZA, Carla Gabrieli Galvão de. **Patrimônio cultural: o processo de ampliação de sua concepção e suas repercussões**. Revista dos Estudantes de Direito da Universidade de Brasília, n. 7, p.37-66, 2008.

SPINOSA, Marcela. No **Brasil, 2,8 milhões já usaram cocaína ou derivados, diz estudo**. **Metro**, Porto Alegre, 06 ago 2012, p. 04.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. AATR-BA, 2002. Disponível em http://www.fit.br/home/link/texto/politicas_publicas.pdf. Acesso em 15 set 2012.

VIEIRA, Rita Isabel Fazenda. **Trajectórias e estilos de vida familiar de ex-residentes de uma comunidade terapêutica** - a influência do tratamento em comunidade terapêutica e a relação com o passado de toxicodependência na vida familiar actual. Dissertação (Sociologia) - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Lisboa, 2008.

APÉNDICES

**ANEXO 1 - RELAÇÃO DAS DISSERTAÇÕES QUE COMPÕEM O CATÁLOGO
CATEGORIAS COMUNIDADES TERAPÊUTICAS, REDUÇÃO DE DANOS E POLÍTICAS PÚBLICAS**

COMUNIDADES TERAPÊUTICAS

Teses

Reabilitação psicossocial de dependentes químicos: estudo qualitativo em uma residência terapêutica
Alessandra Nagamine Bonadio
Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2010.

Terapia de rede para adictos: programa de tratamento e prevenção para dependentes de drogas em comunidades terapêuticas
Jair Lourenço da Silva
Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

Dissertações

A escuta de usuários de crack no contexto de comunidade terapêutica
Letícia Saft.
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008

A Fazenda da Esperança do Amazonas e o olhar do ex-residente
Jaqueline Lopes Marques.
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

A influência da família sobre a adesão ao tratamento do dependente químico: um estudo piloto sobre a emoção expressa
Cirilo Liberatori Tissot.
Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

Abuso de substâncias psicoativas e recaída: uma investigação sobre estágios motivacionais e aspectos emocionais
Matheus Alan Cardoso Corrêa.
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

Adolescentes usuárias de substâncias psicoativas
Elisabete Péres Queiroz de Paiva.
Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, 2010.

Atendimento emergencial dos residentes na Fazenda Esperança: uma experiência de retorno à vida
Carla Cristina de Souza Dimarães.
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

Avaliação de comunidades terapêuticas no Estado do Ceará em interface com o Sistema Nacional de Políticas Públicas Sobre Drogas-SISNAD: uma abordagem para dependência química
Solange Maria Pinheiro Praxedes.
Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

Cuidando do jardim para virem as borboletas: um estudo sobre apropriação de espaço por dependentes químicos
Fabiana Coelho Fernandes.
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

Dependência química e juventude: a carreira moral de jovens adictos em instituições de recuperação
Rita Maria Paiva Monteiro.
Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

Drogas & vida: a alteração (des)controlada pelos dispositivos biopolíticos
Nielson Ernobis Vicentini.
Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

Egressos da Fazenda da Esperança de Manaus: Reaída, por quê?
 Maria Izolda de Oliveira Barreto.
 Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

Família e dependência química: uma relação delicada
 Leda Fleury Monastero.
 Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

Farmacodependência: a busca de uma presença no mundo
 Flávia Garcia de Macedo.
 Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1996.

Instituições de atendimento à toxicodependentes: experiências no Vale do Paraíba
 Claudia Fabiana de Jesus.
 Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, 2006.

Multifuncionalidade do rural: o uso de atividades agropecuárias e de espaços rurais para práticas terapêuticas
 Ana Luisa Borba Gediel.
 Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2006.

Práticas terapêuticas religiosas no tratamento da drogadição: estudo de caso na comunidade Desafio Jovem de Sergipe
 Adalgisa Viana Dórea.
 Universidade Federal de Sergipe, Aracajú, 2011.

Relações entre comunidades de prática e comunidades e aprendizagem
 Raul de Freitas Buchi.
 Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2006.

Terapia familiar em grupo com familiares de dependentes de drogas
 Tatiana de Freitas Munia Barbosa.
 Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

Um olhar sistêmico do processo de tratamento da drogadição na família
 Valéria Rocha Brasil. Pontifícia
 Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

Violência e religião: uma abordagem sobre o trabalho de recuperação e reabilitação de viciados em clínicas evangélicas de São Paulo
 José Carlos da Silva Lima.
 Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2012.

REDUÇÃO DE DANOS

Teses

A educação preventiva no desenvolvimento da criança: o entristecimento e a necessidade de adoção de ações redutoras de vulnerabilidade para a "educação psíquica"
 Fernando Falabella Tavares de Lima
 Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

Adesão ao tratamento de HIV/AIDS por pacientes com AIDS, tuberculose e usuários de drogas de São Paulo
 Helena Maria Medeiros Lima
 Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

Ensino aprendizagem na prática da redução de danos
 Paulo Cesar Duarte Paes
 Universidade Federal de São Carlos, Rio de Janeiro, 2006.

Entre o mel e o fel: drogas, modernidade e redução de danos: análise do processo de regulamentação federal das ações de redução de danos ao uso de drogas
Juliana Rochet Wirth Chaibub
Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

Ética e uso de drogas: uma contribuição da ontologia social para o campo da saúde pública e da redução de danos
Cristina Maria Brites
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

Perfil sócio-demográfico epidemiológico dos usuários de drogas injetáveis e características de mulheres e homens do Projeto AJUDE - Brasil II
Ana Maria de Oliveira Cintra
Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2006.

Dissertações

A perspectiva da redução de danos com usuários de drogas : um olhar sobre os modos éticos de existência
Caroline Schneider Brasil.
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

A unidade de redução de danos do Município de Santo André : uma avaliação
Sílvia Moreira da Silva.
Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

Ações de redução de danos voltadas para usuários de drogas : uma revisão integrativa
Cristine Moraes Roos. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

Assumindo o controle : organizações, práticas e a experiência de si em trabalhadores da redução de danos na região metropolitana de Porto Alegre
Rafaela de Quadros Rigoni.
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

Caracterização do programa de redução de danos do Município de Balneário Camboriú
Jamille Zapeline Secchi.
Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2006.

Crack, é melhor pensar : um estudo sobre o proibicionismo e as alternativas oferecidas pela política de redução de danos em Porto Alegre
Raccius Twbow Potter.
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

Drogas, AIDS e redução de danos em Londrina : uma avaliação em curso
Marcio Antunes da Silva.
Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2006.

(Mal) dita liberdade e cidadania : a redução de danos em questão
Andréa Leite Ribeiro Valério.
Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2010.

O objeto/sujeito da redução de danos: uma análise da literatura da perspectiva da saúde coletiva
Vilmar Ezequiel dos Santos.
Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

O que pode a redução de danos? : videz-vous de tous vos clichés : o graffiti como produção de saúde
Michele Eichelberger.
Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

Percurso da noção de drogas : por uma problematização do proibicionismo
Flávia Costa da Silva.
Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

Possibilidades integradoras da redução de danos na perspectiva da complexidade : estudo teórico clínico no contexto da psicoterapia de dependentes de drogas
Márcia Landini Totugui.
Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

Redução de danos e o saber-fazer de profissionais de um CAPS ad em Natal-RN
Raimundo Valdocé de Melo Junior.
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

Redução de danos: uma escolha a ser considerada
Ricardo Sanches Pinheiro.
Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2012.

Redução dos danos: um desafio no sistema prisional
Laura Carneiro Lacerda.
Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

Uso de drogas e sistema penal: alternativas para a redução de danos na Espanha e no Brasil
Mariana de Assis Brasil e Weigert.
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

POLÍTICAS PÚBLICAS

Teses

A adesão de adolescentes ao tratamento para o uso de álcool e outras drogas: um bicho de sete cabeças?
Marília Mastrocolla de Almeida
Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

A desinstitucionalização da clínica na reforma psiquiátrica: um estudo sobre o projeto CAPS AD
Marise de Leão Ramoa
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

A escola em tempos de mal-estar e drogas: um estudo de prevenção educativa
Nilberto de Matos Amorim
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

A(s) pedagogia(s) com jovens em contextos de uso de drogas
Maria Francisca Rodrigues Giron
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2009.

Adolescentes, drogas e AIDS - avaliando a prevenção e levantando necessidades
Cassia Baldini Soares
Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

Análise da política do Ministério da Saúde do Brasil para a atenção integral do usuário de álcool e outras drogas
Maria Odete Pereira
Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

Avaliação da qualidade de vida e uso de drogas em adolescentes do município de São Paulo
Miria Benincasa
Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

Cuidados diante do abuso e da dependência de drogas: desafio da prática do Programa Saúde da Família
Alda Martins Gonçalves
Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

Direitos sociais na proteção integral do usuário de substâncias psicoativas: a experiência do Centro Vida em Curitiba, Paraná - 2000-2005
Jorgina Maria da Silva
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

Drogas na adolescência: um estudo sobre exposição e riscos associados
Elson da Silva Lima
Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2000.

Justiça terapêutica: em busca de um novo paradigma
Flávio Augusto Fontes de Lima
Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

Modelo de atenção à saúde de usuários de álcool e outras drogas no contexto do Centro de Atenção Psicossocial CAPSad
Vânia Sampaio Alves
Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2009.

Percepção de apoio social e caracterização da rede de dependentes e não dependentes de substâncias psicoativas
Jacqueline de Souza
Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

Prevenção ao abuso de drogas na prática pedagógica dos professores do ensino fundamental
Marília Saldanha da Fonseca
Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2006.

Saberes construídos em projeto de prevenção ao abuso de drogas: subsídios para formação do educador
José Vicente Lima Robaina
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul, 2007.

Dissertações

A (des)atenção aos usuários de álcool e outras drogas na Estratégia da Saúde da Família : concepções de enfermeiros, médicos e psicólogos
Waleska Rodrigues Silva.
Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

A atenção ao uso problemático de álcool na rede básica de saúde de um município do interior paulista : possibilidades e limites na percepção de gestores
Andrea Santos de Andrade.
Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

A experiência da criança com a droga : características do uso e circunstâncias familiares
Katia Cristiane Vasconcelos de Araújo.
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2004.

A família como rede de apoio ao dependente químico: desafios e possibilidades no âmbito da saúde pública
Cláucia Ivete Schwerz.
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

A implementação da política de atenção integral a usuários de álcool e outras drogas no Estado da Bahia
Patricia Maia von Flach.
Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

A rede de apoio social de jovens em situação de vulnerabilidade social e o uso de drogas
Letícia Graziela Costa.
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

A representação social do enfermeiro acerca das práticas assistenciais aos usuários de álcool e outras drogas na estratégia de saúde da família
Valdemir Vieira.
Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

Adolescência, drogadição e políticas públicas : recortes no contemporâneo
Luciane Marques Raupp.
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

Análise do programa educacional de resistência às drogas e à violência em Pernambuco
Eleta Cristina da Fonsêca Lins.
Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

As políticas públicas sobre drogas no município de Ponta Grossa
Edna Maria Siqueira Santos.
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2006.

As vivências de adolescentes e jovens com o crack e suas relações com as políticas sociais protetoras neste contexto
Amélia Rodrigues Nonticuri.
Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010.

Avaliação da implementação das políticas públicas sobre álcool e outras drogas em nível municipal
Daniela Cristina Belchior Mota.
Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

Avaliação das redes sociais da escola : uma estratégia de prevenção do uso de drogas
Mackill Lima Vasconcelos. Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

CAPS-POEIRA: encontros possíveis entre a Psicanálise e a Capoeira Angola nos grupos operativos do CAPS-ad
Natália Galdiano Vieira de Matos. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS-ad): a ex-periência dos profissionais de saúde mental numa unidade da Baixa Mogiana
José Carlos Ferreira.
Metodista de São Paulo, São Paulo, 2011.

Centro de atenção psicossocial álcool e outras drogas: Re-construção de uma prática
Angélica Mota Marinho.
Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

Centro de convivência Elo de Vida como uma política pública de apoio a dependentes químicos: caracterização, possibilidades e limites
Dirlandia da Silva Teixeira.
Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2009.

Comorbidades de transtornos mentais e comportamentais entre pacientes com dependência química em diferentes períodos de abstinência
Maria de Lourdes Pereira Costa.
Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

Considerações sobre a clínica psicanalítica na instituição pública destinada ao atendimento de usuários de álcool e/ou drogas
Adriana Dias de Assumpção Bastos.
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

Consultório de rua : relato de experiência
Míriam Gracie Plena Nunes de Oliveira.
Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

Contribuições da Psicanálise para a clínica de enfermagem em drogadição: do drogadito aos ditos dos drogados
Francisco Paiva Filho.
Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011.

Criança usa droga? : caracterização de crianças usuárias de substâncias psicoativas atendidas em um serviço de saúde mental
Helena Quintas Ramaldes.
Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

Crítica às políticas criminais de drogas à luz dos princípios constitucionais penais no estado democrático de direito

Ana Flávia Jordão Ramos.

Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2010.

Dependência de álcool e outras drogas: debate conceitual, políticas públicas e a inserção do serviço social nessa área

Claudete Jesus de Oliveira.

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

(Des)velando os efeitos jurídico-penais da lei de drogas frente ao encarceramento feminino na penitenciária madre pelletier em Porto Alegre : em busca de alternativas viáveis

Thaís Zanetti de Mello.

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

Do sujeito à lei, da lei ao sujeito: o revelar das experiências subjetivas de envolvimento com a justiça por uso de drogas no contexto do aconselhamento psicossocial

Adriana Barbosa Sócrates.

Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

Do você não pode ao você não quer: a emergência da prevenção às drogas na educação

Tiago Magalhães Ribeiro.

Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2010.

Drogas, discursos e mídia: Um diálogo sobre o (des) encontro de representações em processos judiciais

Mário Henrique Cardoso Caixeta.

Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2009.

Drogas: falência do proibicionismo e alternativas de política criminal

Rogério Fernando Taffarello.

Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

Entre o modelo psicossocial e a prática no Centro de Atenção Psicossocial em Álcool e outras drogas : considerações sobre a equipe técnica

Luciana Nery Dantas.

Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

Estudo das estratégias de enfrentamento para diminuição da fissura e cessação do uso de cocaína/crack: pré, durante e pós-tratamento

Leda Maria Moysés Nóbile Sarasqueta.

Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2010.

(Falência familiar)+(Uso de drogas) = risco e periculosidade : a naturalização jurídica e psicológica de jovens com medida de internação compulsória

Carolina dos Reis.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

Gênero e assistência às usuárias de álcool e outras drogas : tratamento ou violência?

Débora de Souza Silva.

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

Intervenções de um serviço de saúde mental direcionadas aos usuários sob tratamento pelo uso abusivo de substâncias psicoativas: das políticas e documentação à prática cotidiana

Jacqueline de Souza.

Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

Justiça terapêutica e Drug Treatment Courts: perspectivas de uma contextualização do sistema canadense ao brasileiro sobre alguns aspectos funcionais e criminológicos

Daniel Pulcherio Fensterseifer.

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

Lazer e sociabilidade juvenil de usuários de drogas em contextos de risco

Clara Maria Pereira Carvalho Carneiro da Cunha.

Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

Motivos que levam jovens a recusar drogas : subsídios a propostas de prevenção à drogatização na escola, com ênfase na saúde cerebral

Mariel Hidalgo Flores.

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

O CAPS AD e o atendimento aos adolescentes usuários de drogas ilícitas em Juiz de Fora/MG

Alessandra Costa Campos.

Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010.

O currículo do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência PROERD da Polícia Militar do Estado de São Paulo: exercício de cidadania

Adriana Nunes Nogueira.

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

O desafio de assistir aos pacientes com transtornos decorrentes de uso prejudicial e/ou dependências de álcool e outras drogas

Elda de Oliveira.

Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

O enfrentamento da dependência de crack em crianças e adolescentes pelas equipes multiprofissionais da rede de saúde mental do Município de Cascavel: estratégias, desafios e possibilidades

Daniela Prochnow Gund.

Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011.

O significado do tratamento para jovens dependentes químicos: um estudo com drogadictos dos Centros de Referência em Farmacodependência - Zona Sul - São Paulo

Sumaia Bueno Baptista.

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

O silêncio dos docentes: a droga e a violência nas escolas

Deise Franco Sant Ana.

Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2007.

Os desafios na atenção aos usuários de álcool e outras drogas e a reabilitação psicossocial

Paula Hayasi Pinho.

Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

Os profissionais do programa saúde da família frente ao uso, abuso e dependência de drogas

Marcelle Aparecida de Barros.

Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

Percebendo a experiência dos coordenadores na implantação de serviços abertos em álcool e outras drogas

Paulo Sérgio Ferreira.

Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

Perfil epidemiológico das internações psiquiátricas por álcool e outras drogas em um município da região centro-oeste de Minas Gerais no período de 1998 a 2009

Cecília Godoi Campos.

Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

Perfil epidemiológico dos usuários de substâncias psicoativas atendidos no CAPS AD, Londrina, PR

Sérgio Ricardo Belon da Rocha Velho.

Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

Política de proibição às drogas : solução ou problema?

Marconi Tabosa de Andrade.

Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

Política de saúde pública para usuários de álcool e outras drogas no Brasil : a prática no CAPS AD em Feira de Santana, Bahia, Brasil

Jamerson Luis Gonçalves dos Santos.

Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2009.

Políticas públicas na (des)atenção à família com drogadição
Mara Regina Soares Wanderley Lins. Pontifícia
Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

Preditores de adesão ao projeto terapêutico em centro de atenção psicossocial álcool e outras drogas
Maiko Marini.
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

Prevenção ao uso de drogas : modelos utilizados na educação, suas relações e possibilidades quanto a atitudes preventivas
Fernando Falabella Tavares de Lima.
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

Redes sociais e fatores de risco e proteção para o envolvimento com drogas na adolescência: abordagem no contexto da escola
Juliana Borges dos Santos.
Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

Relação entre o consumo de drogas e o nível de atividade física em escolares da rede pública do Município de Aracajú
Márcia Mendes dos Santos Correia Matos.
Universidade Federal de Sergipe, Aracajú, 2010.

Ritmos do encontro : a terapia ocupacional e a farmacodependência
Ana Paula Briguet.
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

Rodas de conversa sobre a (além da) campanha crack nem pensar : a saga do super-homem moderno em tempos de crack
Moises Romanini.
Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

Saúde mental na comunidade: a terapia comunitária como dispositivo de cuidado
Amália Gonçalves Arruda.
Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

Serviço social e liderança sindical: a parceria entre a ação do assistente social e os trabalhadores usuários de álcool e outras drogas na CESP Companhia Energética de São Paulo S.A.
Alvandira Generosa de Souza.
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

Toxicomanias e psicanálise: algumas considerações
Rita de Cássia dos Santos Canabarro.
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

Tratamento das toxicomanias: impasse na medicina, tentativas de respostas-dados sobre Campinas (SP)
Bruno José Barcellos Fontanella.
Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

Tratamento do Centro de Atenção Psicossocial para usuários de álcool e outras drogas CAPSad II Leste Natal/RN : uma avaliação da efetividade
Adriana Melo da Silva.
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

Uso de drogas entre meninos e meninas em situação de rua : subsídios para uma intervenção comunitária
Raquel Cardoso Brito.
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

Uso prejudicial e dependência do álcool e outras drogas na agenda da saúde pública : um estudo sobre o processo de constituição da política pública de saúde do Brasil para usuários de álcool e outras drogas
Ana Regina Machado.
Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

Viajantes em busca de saídas : o grupo de movimento como uma possível rota terapêutica para usuários de álcool e de outras drogas

Scheila Silva Rasch.

Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005.

Violência e uso de substâncias psicoativas: um estudo com mulheres usuárias de um serviço de Atenção Primária à Saúde de São Paulo

Valeria Nanci Silva.

Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ANEXO 2.a - RELAÇÃO DE TESES QUE ABORDAM A TEMÁTICA DA DROGADIÇÃO – 87 documentos

Esta relação contém todos os documentos selecionados a partir da leitura dos resumos, etapa em que se buscou os documentos que efetivamente abordassem a temática da drogadição como problema social.

TÍTULO	AUTOR	IES	LOC	ANO
Reabilitação psicossocial de dependentes químicos: estudo qualitativo em uma residência terapêutica	Alessandra Nagamine Bonadio	UNIFE	SP	2010
Terapia de rede para adictos: programa de tratamento e prevenção para dependentes de drogas em comunidades	Jair Lourenço da Silva	USP	SP	2011
A construção do comportamento anti-social em adolescentes autores de atos infracionais: uma análise a partir das práticas	Janaina Thaís Barbosa	UFRGS	RS	2004
A dependência de drogas no discurso do psicólogo: efeitos de sentido	Blanca de Souza Viera Morales	UFRGS	RS	2002
A dependência química em mulheres: figurações de um sintoma partilhado	Kátia Varela Gomes	USP	SP	2010
A efetividade da entrevista motivacional em adolescentes usuários de drogas que cometeram ato infracional	Ilana Andretta	PUCRS	RS	2009
A experiência cultural na prevenção do abuso de drogas na adolescência	Carla Mourão	PUC-	RJ	2005
A saliva como espécime biológico para monitorar o uso de álcool, anfetamina, metanfetamina, cocaína e maconha por	Maurício Yonamine	USP	SP	2004
A síndrome da exclusão social: as origens, os fatores de risco, os múltiplos sintomas biopsicosociais ao longo dos períodos do	Antonio Benedito Lombardi	UFMG	MG	2009
Adictos a drogas em tratamento: um estudo sobre o funcionamento psíquico de suas mães	Aline Esteves Basaglia	USP	SP	2010
Adolescência e corpo: a prostituição e o abuso de droga como sintoma	Eliane Lima Guerra Nunes	USP	SP	2008
Álcool e drogas: terceira pesquisa sobre atitudes e uso entre alunos na Universidade de São Paulo - Campus São Paulo	Gabriela Arantes Wagner	USP	SP	2011
Algumas formas de relacionamento em famílias com adolescentes dependentes ou com uso abusivo de substâncias	Angela Mynarski Plass	UNICA	SP	1996
Aprendendo com a experiência dos drogados	Maria José Franklin Moreira	UNICA	SP	1994
Aproximando sentidos: formação de professores, educação, drogas e ações redutoras de vulnerabilidade	Marcelo Sodelli	PUCSP	SP	2006
As peças e os mecanismos do fenômeno tráfico de drogas e do crime organizado	Adriano Oliveira	UFPE	PE	2006
Avaliação do desempenho de um questionário para detectar o uso de maconha e cocaína em uma população carcerária de	Maria Claudia de Mattos	USP	SP	2010
Circuitos de uso de crack nas cidades de São Paulo e Porto Alegre: cotidiano, práticas e cuidado	Luciane Marques Raupp	USP	SP	2011
Coexistir na fronteira: notas de um antropólogo sobre a trajetória de um grupo de jovens em meio a uma guerra entre a	Mário Fonseca	PUCSP	SP	2009
Comorbidade entre dependência de substâncias psicoativas e transtornos alimentares: perfil e evolução de mulheres em um	Silvia Brasileiro	USP	SP	2005
Com-vivendo-com-a-maconha	Paulo Afonso Caruso Ronca	UNICA	SP	1985
Consumo de álcool e outras drogas e impulsividade sexual entre agressores sexuais	Danilo Antonio Baltieri	USP	SP	2006
Criminalidade, violência e desenvolvimento no Rio Grande do Sul	Mônica Concha Amin	UFRGS	RS	2011
Desenvolvimento e validação da sexta versão da Addiction Severity Index (ASI6) para o Brasil e outras análises em uma	Felix Henrique Paim Kessler	UFRGS	RS	2011
Dinâmica de transmissão do HIV entre usuários de drogas injetáveis, na cidade de Santos, São Paulo, Brasil	Heraclito Barbosa de Carvalho	USP	SP	1995
Discurso e memória autobiográfica em adolescentes usuários de drogas	Christian Cesar Candido de	USP	SP	2007
Discursos e atitudes dos profissionais da saúde sobre o uso de álcool e outras drogas	Michaela Bitarello do Amaral	UNIFE	SP	2010
Droga, encantos e desencantos: o desafio de viver no mundo espetacular	Maria do Socorro de Souza	PUCSP	SP	2002
Drogas da medicina à repressão policial: a cidade do Rio de Janeiro entre 1921 e 1945	Maria de Lourdes da Silva	UERJ	RJ	2009
Entre a extensão e a intensidade: corporalidade, subjetivação e uso de drogas	Eduardo Viana Vargas	UFMG	MG	2001
Entre as linhas do discurso do conforto espiritual: uma análise da literatura Nar-Anon	Luciane Thomé Schröder	UEL	PR	2012
Epidemiologia da infecção pelo vírus da hepatite C em portadores do vírus da imunodeficiência humana : genótipos e	Fernando Herz Wolff	UFRGS	RS	2007

Estratégia de midiaticização das drogas: estudo de uma campanha de prevenção às drogas promovida pela CTDIA	Arnaldo Toni Souza das	UNISIN	RS	2009
Exposição pré-natal à cocaína e efeitos neurocomportamentais no recém-nascido	Gabrielle Bocchese da Cunha	UFRGS	RS	2007
Fatores de risco e o significado do consumo de drogas em adolescentes e jovens marginais de bandos juvenis	Francisco Rafael Guzman	USP	SP	2007
Filhos de alcoolistas: afetividade e conflito nas relações familiares	Joseana de Souza	USP	SP	2008
Foraclusão, exclusão e segregação : da drogadicção em suas relações com a família e com a sociedade	Ernesto Söhnle Junior	UFRGS	RS	2010
Gozo logo existo, em busca do pensamento, um estudo psicanalítico sobre as drogadições	Eduardo Henrique Coutinho	PUC-	RJ	2005
Hepatites virais em usuários de drogas injetáveis (UDI) e 2007 usuários de cocaína não injetável (UCNI): fatores	Keli Bahia Felicíssimo Zocratto	UFMG	MG	2007
Interfaces da vida loka: um estudo sobre jovens, tráfico de drogas e violência em São Paulo	Paulo Artur Malvasi	USP	SP	2012
Investigação epidemiológica e molecular da infecção pelos vírus da hepatite C em usuários de drogas ilícitas no Brasil	Carmen Luci Rodrigues Lopes	UFG	GO	2009
Jogo patológico e dependência química: correlações entre avidez e regulação emocional	Viviane de Castro Santos	USP	SP	2006
Liminaridade, bebida alcoólicas e outras drogas: funções e significados entre moradores de rua	Walter Varanda	USP	SP	2009
Meninas do graffiti : educação, adolescência, identidade e gênero nas culturas juvenis contemporaneas	Viviane Melo de Mendonça	UNICA	SP	2003
Mulheres e drogas : o que a família tem com isso? : argumentos do discurso contemporâneo	Rogério Lessa Horta	PUCRS	RS	2007
O sub-relato e fatores correlacionados ao uso de cocaína e maconha no terceiro trimestre de gestação em adolescentes	Marco Antonio do Socorro	UNIFE	SP	2010
O uso, o abuso e a dependencia de drogas : da teoria a pratica num serviço universitario	Sérgio Dario Seibel	UNICA	SP	1995
Os significados do consumo e uso nocivo de álcool e de outras drogas pelos alunos de graduação da PUC-SP, Campus Monte	Silvio Nececkaite SantAnna	PUCSP	SP	2008
Pecado, crime ou doença? Representações sociais da dependência química	Leonardo de Araújo e Mota	UFC	CE	2008
Práticas educativas parentais e o uso de drogas entre os adolescentes escolares	Mayra Costa Martins	USP	SP	2011
Presença dos vírus HBV e HCV e seus fatores de riscos nos presidiários masculinos da penitenciária de Ribeirão Preto	Harnólido Colares Coêlho	USP	SP	2008
Prevalência do tabagismo e sua associação com o uso de outras drogas entre os escolares do Distrito Federal, Brasil	Márcia Cardoso Rodrigues	UnB	DF	2009
Reconhecimento e enfrentamento de necessidades de estudantes com uso problemático de drogas em moradia estudantil	Marília Rita Ribeiro Zalaf	USP	SP	2012
Redes sociais de adolescentes em contexto de vulnerabilidade social e sua relação com os riscos de envolvimento com o	Sandra Eni Fernandes Nunes	UnB	DF	2009
Seguimento por cinco anos de uma amostra de usuários de ecstasy (MDMA)	Murilo Campos Battisti	UNIFE	SP	2009
Sobre o uso de ecstasy: uma pesquisa com vistas à formulação de intervenção preventiva	Stella Pereira de Almeida	USP	SP	2005
Trabalho e sofrimento: vivências de trabalhadores usuários de álcool e outras drogas na CPTM - São Paulo 2002-2004	Marcia Helena de Lima Farias	PUCSP	SP	2004
Transtorno de pânico em dependentes de substâncias psicoativas alcoolicas e não alcoolicas	Maria da Piedade Romeiro de	UNICA	SP	2004
Tratamento de dependentes de drogas: diálogos com profissionais da área de saúde mental	Manuel Morgado Rezende	UNICA	SP	1999
Uso de drogas em indivíduos institucionalizados e associação entre fatores de risco e dependência de drogas ilícitas	Maristela Ferigolo	UFRGS	RS	2004
Uso de drogas entre alunos da Universidade de São Paulo: 1996 versus 2001	Vladimir de Andrade	USP	SP	2004
Uso de drogas por estudantes de 1º e 2º graus na cidade de Campinas: prevalência e fatores sócio-democráticos, culturais e	Meire Aparecida Soldeira	UNICA	SP	2001
Uso de drogas psicoativas entre estudantes adolescentes trabalhadores e não trabalhadores da rede estadual de ensino de	Delma Perpétua Oliveira de	UNIFE	SP	2006
Uso de drogas psicotrópicas por policiais militares em Goiânia e Aparecida de Goiânia, Goiás, Brasil	Sérgio Henrique Nascente	UFG	GO	2009
Usuários de cocaína e aids: um estudo sobre comportamentos de risco	Renata Cruz Soares de	UNICA	SP	2000
Verificação do uso de cocaína por indivíduos vítimas de morte violenta na região Bragantina - SP	Fernanda Crossi Pereira de	USP	SP	2004
A adesão de adolescentes ao tratamento para o uso de álcool e outras drogas: um bicho de sete cabeças?	Marília Mastrocolla de	USP	SP	2010
A desinstitucionalização da clínica na reforma psiquiátrica: um estudo sobre o projeto CAPS AD	Marise de Leão Ramoa	PUC-	RJ	2005
A escola em tempos de mal-estar e drogas: um estudo de prevenção educativa	Nilberto de Matos Amorim	PUCSP	SP	2003
A(s) pedagogia(s) com jovens em contextos de uso de drogas	Maria Francisca Rodrigues	UFRGS	RS	2009
Adolescentes, drogas e AIDS - avaliando a prevenção e levantando necessidades	Cassia Baldini Soares	USP	SP	1997

Análise da política do Ministério da Saúde do Brasil para a atenção integral do usuário de álcool e outras drogas	Maria Odete Pereira	USP	SP	2009
Avaliação da qualidade de vida e uso de drogas em adolescentes do município de São Paulo	Miria Benincasa	USP	SP	2010
Cuidados diante do abuso e da dependência de drogas: desafio da prática do Programa Saúde da Família	Alda Martins Gonçalves	USP	SP	2002
Direitos sociais na proteção integral do usuário de substâncias psicoativas: a experiência do Centro Vida em Curitiba,	Jorgina Maria da Silva	PUCSP	SP	2005
Drogas na adolescência: um estudo sobre exposição e riscos associados	Elson da Silva Lima	UNICA	SP	2000
Justiça terapêutica: em busca de um novo paradigma	Flávio Augusto Fontes de Lima	USP	SP	2009
Modelo de atenção à saúde de usuários de álcool e outras drogas no contexto do Centro de Atenção Psicossocial CAPSad	Vânia Sampaio Alves	UFBA	BA	2009
Percepção de apoio social e caracterização da rede de dependentes e não dependentes de substâncias psicoativas	Jacqueline de Souza	USP	SP	2010
Prevenção ao abuso de drogas na prática pedagógica dos professores do ensino fundamental	Marília Saldanha da Fonseca	UNICA	SP	2006
Saberes construídos em projeto de prevenção ao abuso de drogas: subsídios para formação do educador	José Vicente Lima Robaina	UNISIN	RS	2007
A educação preventiva no desenvolvimento da criança: o entristecimento e a necessidade de adoção de ações redutoras de	Fernando Falabella Tavares de	PUCSP	SP	2008
Adesão ao tratamento de HIV/AIDS por pacientes com AIDS, tuberculose e usuários de drogas de São Paulo	Helena Maria Medeiros Lima	USP	SP	2006
Ensino aprendizagem na prática da redução de danos	Paulo Cesar Duarte Paes	UFSCA	RJ	2006
Entre o mel e o fel: drogas, modernidade e redução de danos: análise do processo de regulamentação federal das ações de	Juliana Rochet Wirth Chaibub	UnB	DF	2009
Ética e uso de drogas: uma contribuição da ontologia social para o campo da saúde pública e da redução de danos	Cristina Maria Brites	PUCSP	SP	2006
Perfil sócio-demográfico epidemiológico dos usuários de drogas injetáveis e características de mulheres e homens do Projeto	Ana Maria de Oliveira Cintra	UFMG	MG	2006

ANEXO 2.b - RELAÇÃO DE DISSERTAÇÕES QUE ABORDAM A TEMÁTICA DA DROGADIÇÃO – 219 documentos

Esta relação contém todos os documentos selecionados a partir da leitura dos resumos, etapa em que se buscou os documentos que efetivamente abordassem a temática da drogadição como problema social.

TÍTULO	AUTOR	IES ORIGEM	LOCAL	ANO
A escuta de usuários de crack no contexto de comunidade terapêutica	Letícia Saft	UNISINOS	São Leopoldo	2008
A Fazenda da Esperança do Amazonas e o olhar do ex-residente	Jaqueline Lopes	PUC-Rio	Rio de	2011
A influência da família sobre a adesão ao tratamento do dependente químico: um estudo piloto sobre a emoção expressa	Cirilo Liberatori Tissot	USP	São Paulo	2006
Abuso de substâncias psicoativas e recaída: uma investigação sobre estágios motivacionais e aspectos emocionais	Matheus Alan Cardoso	UNISINOS	São Leopoldo	2010
Adolescentes usuárias de substâncias psicoativas	Elisabete Péres Queiroz	METODISTA	São Paulo	2010
Atendimento emergencial dos residentes na Fazenda Esperança: uma experiência de retorno à vida	Carla Cristina de Souza	PUC-Rio	Rio de	2011
Avaliação de comunidades terapêuticas no Estado do Ceará em interface como Sistema Nacional de Políticas Públicas	Solange Maria Pinheiro	UFC	Fortaleza	2009
Cuidando do jardim para virem as borboletas: um estudo sobre apropriação de espaço por dependentes químicos	Fabiana Coelho	PUCSP	São Paulo	2010
Dependência química e juventude: a carreira moral de jovens adictos em instituições de recuperação	Rita Maria Paiva	UFC	Fortaleza	2011
Drogas & vida: a alteração (des)controlada pelos dispositivos biopolíticos	Nielson Ernobis	UFES	Vitória	2011
Egressos da Fazenda da Esperança de Manaus: Recaída, por quê?	Maria Izolda de Oliveira	PUC-Rio	Rio de	2011
Família e dependência química: uma relação delicada	Leda Fleury Monastero	PUCSP	São Paulo	2010
Farmacodependência: a busca de uma presença no mundo	Flávia Garcia de Macedo	PUCSP	São Paulo	1996
Instituições de atendimento à toxicodependentes: experiências no Vale do Paraíba	Claudia Fabiana de	METODISTA	São Paulo	2006
Multifuncionalidade do rural: o uso de atividades agropecuárias e de espaços rurais para práticas terapêuticas	Ana Luisa Borba Gediell	UFMS	Santa Maria	2006
Práticas terapêuticas religiosas no tratamento da drogadição: estudo de caso na comunidade Desafio Jovem de Sergipe	Adalgisa Viana Dórea	UFS	Aracajú	2011
Relações entre comunidades de prática e comunidades e aprendizagem	Raul de Freitas Buchi	PUCPR	Curitiba	2006
Terapia familiar em grupo com familiares de dependentes de drogas	Tatiana de Freitas	PUCSP	São Paulo	2012
Um olhar sistêmico do processo de tratamento da drogadição na família	Valéria Rocha Brasil	PUCSP	São Paulo	2005
Violência e religião: uma abordagem sobre o trabalho de recuperação e reabilitação de viciados em clínicas evangélicas	José Carlos da Silva	MACKENZIE	São Paulo	2012
Saúde mental na comunidade: a terapia comunitária como dispositivo de cuidado	Amália Gonçalves	UECE	Fortaleza	2010
A família como rede de apoio ao dependente químico: desafios e possibilidades no âmbito da saúde pública	Cláucia Ivete Schwerz	PUCRS	Porto Alegre	2007
Justiça terapêutica e Drug Treatment Courts: perspectivas de uma contextualização do sistema canadense ao brasileiro	Daniel Pulcherio	PUCRS	Porto Alegre	2009
O Centro de convivência Elo de Vida como uma política pública de apoio a dependentes químicos: caracterização,	Dirlandia da Silva	UECE	Fortaleza	2009
Considerações sobre a clínica psicanalítica na instituição pública destinada ao atendimento de usuários de álcool e/ou	Adriana Dias de	UERJ	Rio de	2009
O currículo do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência PROERD da Polícia Militar do Estado de	Adriana Nunes Nogueira	PUCSP	São Paulo	2010
O CAPS AD e o atendimento aos adolescentes usuários de drogas ilícitas em Juiz de Fora/MG	Alessandra Costa	UFJF	Juiz de Fora	2010
Serviço social e liderança sindical: a parceria entre a ação do assistente social e os trabalhadores usuários de álcool e	Alvandira Generosa de	PUCSP	São Paulo	2009
As vivências de adolescentes e jovens com o crack e suas relações com as políticas sociais protetoras neste contexto	Amélia Rodrigues	UCPEL	Pelotas	2010
Crítica às políticas criminais de drogas à luz dos princípios constitucionais penais no estado democrático de direito	Ana Flávia Jordão	UFAL	Maceió	2010
Ritmos do encontro : a terapia ocupacional e a farmacodependência	Ana Paula Briguet	PUCSP	São Paulo	2008
Uso prejudicial e dependência do álcool e outras drogas na agenda da saúde pública : um estudo sobre o processo de	Ana Regina Machado	UFMG	B Horizonte	2006

Centro de atenção psicossocial álcool e outras drogas: Re-construção de uma prática	Angélica Mota Marinho	UFC	Fortaleza	2010
Perfil epidemiológico das internações psiquiátricas por álcool e outras drogas em um município da região centro-oeste de	Cecília Godoi Campos	USP	São Paulo	2011
Lazer e sociabilidade juvenil de usuários de drogas em contextos de risco	Clara Maria Pereira	UFPB	João Pessoa	2006
Dependência de álcool e outras drogas: debate conceitual, políticas públicas e a inserção do serviço social nessa área	Claudete Jesus de	UERJ	Rio de	2003
Avaliação da implementação das políticas públicas sobre álcool e outras drogas em nível municipal	Daniela Cristina	UFJF	Juiz de Fora	2011
O enfrentamento da dependência de crack em crianças e adolescentes pelas equipes multiprofissionais da rede de saúde	Daniela Prochnow Gund	UEL	Londrina	2011
Gênero e assistência às usuárias de álcool e outras drogas : tratamento ou violência?	Débora de Souza Silva	PUC-Rio	Rio de	2005
O silêncio dos docentes: a droga e a violência nas escolas	Deise Franco Sant Ana	UFAL	Maceió	2007
O desafio de assistir aos pacientes com transtornos decorrentes de uso prejudicial e/ou dependências de álcool e outras	Elda de Oliveira	USP	São Paulo	2005
Análise do programa educacional de resistência às drogas e à violência em Pernambuco	Eleta Cristina da	UFPE	Recife	2009
Política de saúde pública para usuários de álcool e outras drogas no Brasil : a prática no CAPS AD em Feira de Santana,	Jamerson Luis	UCSAL	Salvador	2009
Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS-ad): a ex-periência dos profissionais de saúde mental numa	José Carlos Ferreira	METODISTA	São Paulo	2011
Redes sociais e fatores de risco e proteção para o envolvimento com drogas na adolescência: abordagem no contexto da	Juliana Borges dos	UnB	Brasília	2007
A experiência da criança com a droga : características do uso e circunstâncias familiares	Katia Cristiane	UFRN	Natal	2004
A rede de apoio social de jovens em situação de vulnerabilidade social e o uso de drogas	Letícia Graziela Costa	UFRGS	Porto Alegre	2009
Entre o modelo psicossocial e a prática no Centro de Atenção Psicossocial em Álcool e outras drogas : considerações	Luciana Nery Dantas	UFPE	Recife	2009
Avaliação das redes sociais da escola : uma estratégia de prevenção do uso de drogas	Mackill Lima	UnB	Brasília	2008
Preditores de adesão ao projeto terapêutico em centro de atenção psicossocial álcool e outras drogas	Maiko Marini	UFRGS	Porto Alegre	2011
Os profissionais do programa saúde da família frente ao uso, abuso e dependência de drogas	Marcelle Aparecida de	USP	São Paulo	2006
Relação entre o consumo de drogas e o nível de atividade física em escolares da rede pública do Município de Aracajú	Márcia Mendes dos	UFS	Aracajú	2010
Comorbidades de transtornos mentais e comportamentais entre pacientes com dependência química em diferentes	Maria de Lourdes	UFU	Uberlândia	2011
Drogas, Discursos e Mídia: um diálogo sobre o (des) encontro de representações em processos judiciais	Mário Henrique Cardoso	UCG	Goiânia	2009
Consultório de rua : relato de experiência	Miriam Gracie Plena	UFBA	Salvador	2009
Rodas de conversa sobre a (além da) campanha crack nem pensar : a saga do super-homem moderno em tempos de crack	Moises Romanini	UFSM	Santa Maria	2011
A implementação da política de atenção integral a usuários de álcool e outras drogas no Estado da Bahia	Patricia Maia von Flach	UFBA	Salvador	2010
Drogas: falência do proibicionismo e alternativas de política criminal	Rogério Fernando	USP	São Paulo	2009
Viajantes em busca de saídas : o grupo de movimento como uma possível rota terapêutica para usuários de álcool e de	Scheila Silva Rasch	UFES	Vitória	2005
O significado do tratamento para jovens dependentes químicos: um estudo com drogadictos dos Centros de Referência em	Sumaia Bueno Baptista	PUCSP	São Paulo	1999
Do você não pode ao você não quer: a emergência da prevenção às drogas na educação	Tiago Magalhães Ribeiro	UNISINOS	São Leopoldo	2010
Violência e uso de substâncias psicoativas: um estudo com mulheres usuárias de um serviço de Atenção Primária à	Valeria Nanci Silva	USP	São Paulo	2008
A (des)atenção aos usuários de álcool e outras drogas na Estratégia da Saúde da Família : concepções de enfermeiros,	Waleska Rodrigues Silva	UFU	Uberlândia	2012
Contribuições da Psicanálise para a clínica de enfermagem em drogadição: do drogadito aos ditos dos drogados	Francisco Paiva Filho	UECE	Fortaleza	2011
Tratamento das toxicomanias: impasse na medicina, tentativas de respostas-dados sobre Campinas (SP)	Bruno José Barcellos	UNICAMP	Campinas	1991
Toxicomanias e psicanálise: algumas considerações	Rita de Cássia dos	UFRGS	Porto Alegre	2011
Do sujeito à lei, da lei ao sujeito: o revelar das experiências subjetivas de envolvimento com a justiça por uso de drogas	Adriana Barbosa	UnB	Brasília	2008
Tratamento do Centro de Atenção Psicossocial para usuários de álcool e outras drogas CAPSad II Leste Natal/RN : uma	Adriana Melo da Silva	UFRN	Natal	2009
(Falência familiar)+(Uso de drogas) = risco e periculosidade : a naturalização jurídica e psicológica de jovens com medida	Carolina dos Reis	UFRGS	Porto Alegre	2012
As políticas públicas sobre drogas no município de Ponta Grossa	Edna Maria Siqueira	UEPG	Ponta Grossa	2006
Criança usa droga? : caracterização de crianças usuárias de substâncias psicoativas atendidas em um serviço de saúde	Helena Quintas	UFES	Vitória	2011

Intervenções de um serviço de saúde mental direcionadas aos usuários sob tratamento pelo uso abusivo de substâncias	Jacqueline de Souza	USP	São Paulo	2008
Adolescência, drogadição e políticas públicas : recortes no contemporâneo	Luciane Marques Raupp	UFRGS	Porto Alegre	2006
Políticas públicas na (des)atenção à família com drogadição	Mara Regina Soares	PUCRS	Porto Alegre	2009
Perfil epidemiológico dos usuários de substâncias psicoativas atendidos no CAPS AD, Londrina, PR	Sérgio Ricardo Belon da	UEL	Londrina	2010
A representação social do enfermeiro acerca das práticas assistenciais aos usuários de álcool e outras drogas na	Valdemir Vieira	USP	São Paulo	2010
CAPS-POEIRA: encontros possíveis entre a Psicanálise e a Capoeira Angola nos grupos operativos do CAPS-ad	Natália Galdiano Vieira	UFU	Uberlândia	2011
Uso de drogas entre meninos e meninas em situação de rua : subsídios para uma intervenção comunitária	Raquel Cardoso Brito	UFRGS	Porto Alegre	1999
Prevenção ao uso de drogas : modelos utilizados na educação, suas relações e possibilidades quanto a atitudes	Fernando Falabella	PUCSP	São Paulo	2003
Os desafios na atenção aos usuários de álcool e outras drogas e a reabilitação psicossocial	Paula Hayasi Pinho	USP	São Paulo	2009
Estudo das estratégias de enfrentamento para diminuição da fissura e cessação do uso de cocaína/crack: pré, durante e	Leda Maria Moysés	UNIFESP	São Paulo	2010
Percebendo a experiência dos coordenadores na implantação de serviços abertos em álcool e outras drogas	Paulo Sérgio Ferreira	USP	São Paulo	2004
Política de proibição às drogas : solução ou problema?	Marconi Tabosa de	UNICAMP	Campinas	2003
Motivos que levam jovens a recusar drogas : subsídios a propostas de prevenção à drogatização na escola, com ênfase na	Maríel Hidalgo Flores	PUCRS	Porto Alegre	2004
(Des)velando os efeitos jurídico-penais da lei de drogas frente ao encarceramento feminino na penitenciária madre	Thaís Zanetti de Mello	PUCRS	Porto Alegre	2010
A perspectiva da redução de danos com usuários de drogas : um olhar sobre os modos éticos de existência	Caroline Schneider	UFRGS	Porto Alegre	2003
Caracterização do programa de redução de danos do Município de Balneário Camboriú	Jamille Zapeline Secchi	UNIVALI	Itajaí	2006
Redução dos danos: um desafio no sistema prisional	Laura Carneiro Lacerda	UFPE	Recife	2006
Possibilidades integradoras da redução de danos na perspectiva da complexidade : estudo teórico clínico no contexto da	Márcia Landini Totugui	UnB	Brasília	2009
Drogas, AIDS e redução de danos em Londrina : uma avaliação em curso	Marcio Antunes da Silva	UEL	Londrina	2006
Uso de drogas e sistema penal: alternativas para a redução de danos na Espanha e no Brasil	Mariana de Assis Brasil	PUCRS	Porto Alegre	2008
O que pode a redução de danos? : vitez-vous de tous vos clichés : o graffiti como produção de saúde	Michele Eichelberger	UNICAMP	Campinas	2012
Crack, é melhor pensar : um estudo sobre o proibicionismo e as alternativas oferecidas pela política de redução de danos	Raccius Twbow Potter	PUCRS	Porto Alegre	2010
Redução de danos: uma escolha a ser considerada	Ricardo Sanches	UNIVALI	Itajaí	2012
O objeto/sujeito da redução de danos: uma análise da literatura da perspectiva da saúde coletiva	Vilmar Ezequiel dos	USP	São Paulo	2008
Ações de redução de danos voltadas para usuários de drogas : uma revisão integrativa	Cristine Moraes Roos	UFRGS	Porto Alegre	2011
Assumindo o controle : organizações, práticas e a experiência de si em trabalhadores da redução de danos na região	Rafaela de Quadros	UFRGS	Porto Alegre	2006
Redução de danos e o saber-fazer de profissionais de um CAPS ad em Natal-RN	Raimundo Valdocí de	UFRN	Natal	2011
A unidade de redução de danos do Município de Santo André : uma avaliação	Silvia Moreira da Silva	USP	São Paulo	2008
(Mal) dita liberdade e cidadania : a redução de danos em questão	Andréa Leite Ribeiro	UCSAL	Salvador	2010
Percurso da noção de drogas : por uma problematização do proibicionismo	Flávia Costa da Silva	UFSM	Santa Maria	2010
A carreira do drogadicto	Mauricio Miguel Gadbem	UNICAMP	Campinas	2004
A construção do conhecimento acerca do fenômeno das drogas: desafios no ensino crítico e problematizador	Vanessa Oliveira	UERJ	Rio de	2010
A cultura da mídia na prevenção ao uso de drogas: a produção de sentido dos adolescentes escolares sobre a Campanha	Lucimar Cardozo	UCPEL	Pelotas	2011
A dependência de drogas como um problema de identidade: possibilidades de apresentação do eu por meio da oficina	Aluísio Ferreira de Lima	PUCSP	São Paulo	2005
A espiritualidade e a religiosidade na recuperação de dependentes químicos	Samanta Juliana dos	EST	São Leopoldo	2009
A motivação para a mudança em adolescentes usuários de maconha: um estudo longitudinal	Luis Fernando Zambom	PUCRS	Porto Alegre	2009
A primeira experiência do uso de drogas e o ato infracional entre os adolescentes em conflito com a lei	Mayra Costa Martins	USP	São Paulo	2007
A religiosidade vivenciada na recuperação de dependentes químicos	Márcia Maria Carvalho	PUC-	Campinas	2007
A terapia multifamiliar e a dependência química	Susana Maria Sastre	PUCRS	Porto Alegre	2007

Adaptação brasileira da University of Rhode Island Change Assessment (URICA) para usuários de substâncias	Karen Priscila Del Rio	PUCRS	Porto Alegre	2006
Adicção e ajuda mútua: um estudo antropológico de grupos de narcóticos anônimos na cidade de Porto Alegre (RS)	Jardel Fischer Loeck	UFRGS	Porto Alegre	2009
Adições às drogas : o desencontro de uma ilusão	Rosane Lombardi	UFRGS	Porto Alegre	2004
Adolescência e drogas : um estudo clinico-qualitativo da perspectiva da mãe do adolescente	Marcelo José de Castro	UNICAMP	Campinas	2003
Adolescência e drogas: uma trama discursiva fechada	Antônio Sérgio	USP	São Paulo	2010
Adolescência, ato infracional e processos de identificação: um estudo de caso com adolescentes privados de liberdade	Jana Gonçalves Zappe	UFMS	Santa Maria	2011
Adolescentes que vivem na rua: um estudo sobre a vulnerabilidade ao HIV/aids relacionada à droga, à prostituição e à	Eliane Lima Guerra	USP	São Paulo	2005
Adolescentes usuários de drogas que buscam tratamento: as diferenças entre os gêneros	Jackeline Suzie Giusti	USP	São Paulo	2004
Aí! Tá me tirando?! O que dizem jovens moradores da periferia de São Carlos sobre si mesmo e a questão das drogas	Paulo Estêvão Pereira	UFSCAR	São Carlos	2012
As drogas Psicotrópicas e a imprensa brasileira : análise do material publicado e do discurso dos profissionais da área de	Fábio de Carvalho	UNIFESP	São Paulo	2006
As mensagens sobre drogas do rap: como sobreviver na periferia	Vinícius Gonçalves Bento	USP	São Paulo	2004
As tramas empedradas de uma psicopatologia juvenil	Mateus Freitas Cunda	UFRGS	Porto Alegre	2011
Associação entre percepção da qualidade do vínculo com os pais, gravidade da dependência e da prevalência de violência	Marcia Izabel Rodzinski	UFRGS	Porto Alegre	2012
Avaliação das funções executivas em dependentes químicos	Polyana Alvarenga	UFU	Uberlândia	2011
Avaliação de instrumentos que investigam abuso de álcool e outras drogas em adolescentes: revisão de literatura	Adriana Moro Maieski do	USP	São Paulo	2012
Avaliação de traços de psicopatia e abuso de drogas em uma amostra de adolescentes em conflito com a lei	Günter Santana	PUCRS	Porto Alegre	2010
Avaliação dos fatores associados ao uso de álcool e drogas na criminalidade : um estudo no sistema penitenciário	Rafael Stella Wellausen	UFRGS	Porto Alegre	2009
Aventuras do assistente social: uma abordagem sobre o desafio da prática profissional frente ao gênero e a religião nos	Thaís Tavares Bernardo	UERJ	Rio de	2007
Cana e crack: sintoma ou problema? : um estudo sobre os trabalhadores no corte de cana e o consumo do crack	Arlete Fonseca de	PUCSP	São Paulo	2003
Características de usuários de crack internados em serviços especializados de Porto Alegre	Cristina Beatriz Würdig	PUCRS	Porto Alegre	2011
Caracterização de serviços de atendimento público aos jovens que fazem uso de drogas no município de Ribeirão Preto	Camilla Alessandra	USP	São Paulo	2007
Compreensão leitora em dependentes de crack: um estudo psicolinguístico	Frederico Gomes e Silva	UCPEL	Pelotas	2010
Condição auditiva de frequentadores de grupos de apoio a ex-usuários de drogas	Tainara Milbradt Weich	UFMS	Santa Maria	2012
Construção de uma proposta de avaliação dos fatores de risco e de proteção para o uso de drogas no contexto das redes	Marília Mendes de	UnB	Brasília	2009
Construções subjetivas do drogadito em regime de tratamento semi-aberto	Francisco Antônio	UNIFOR	Fortaleza	2006
Consumo de álcool e outras drogas, sintomas depressivos, impulsividade e aspectos dimensionais de personalidade em	Fernanda Cestaro Prado	USP	São Paulo	2011
Crenças atribuídas à opção de não usar MDMA (ecstasy): estudo qualitativo entre não usuários, usuários experimentais	Maria Angélica de Castro	UNIFESP	São Paulo	2011
Dependência do vínculo: uma releitura do conceito de co-dependência	Lygia Vampré Humberg	USP	São Paulo	2004
Dependência química - uma entidade invisível: cegueira e silêncio, os guardiões dos segredos nas famílias	Claudia Maria Medici	PUCSP	São Paulo	2005
Dependência química e relações familiares: a importância da família no tratamento da drogadicção	Gisele Aleluia Vieira	PUCRJ	Rio de	2003
Desenvolvimento e avaliação do efeito de um jogo terapêutico para jovens usuários de drogas	Anna Virgínia Williams	UFRGS	Porto Alegre	2006
Do usuário de drogas na nova lei de tóxicos	Orlando de Carvalho	PUCSP	São Paulo	2008
Dois infinitos se estreitando num abraço insano : as drogas e a violência no cotidiano dos jovens de escolas públicas e	Solange Enoi Melo de	UFAL	Maceió	2009
Drogas e alunos usuários de drogas na escola: estudo de representações sociais de professores do ensino médio da rede	Fátima Regina Matos	METODISTA	São Paulo	2008
Drogas e vulnerabilidade à morte por homicídios: um estudo em uma área urbana	Marcia Dayrell	UFMG	B Horizonte	2011
Drogas ilícitas e homicídio juvenil: um estudo acerca dos determinantes socioeconômicos da criminalidade no Brasil	Lisa Biron de Araújo	UERJ	Rio de	2009
Drogas ilícitas prevalência e fatores associados ao uso em adolescentes de Pelotas-RS	Lúcia Lessa Horta	UCPEL	Pelotas	2002
Drogas na escola : quem consome o que?	Elson da Silva Lima	UERJ	Rio de	1992
Entrevista de primeira vez entre psicóloga e usuários de álcool e/ou outras drogas : a ordem interacional e a agenda : um	Márcio da Silva Bandeira	UERJ	Rio de	2010

Estudantes de graduação da UNICAMP : saúde mental auto-avaliada e uso de risco de álcool e de outras substâncias	Marly Coelho Carvalho	UNICAMP	Campinas	2007
Estudo da linguagem oral em dois usuários de maconha	Juliana Santos Rigos	PUCSP	São Paulo	2003
Estudo de comorbidades psiquiátricas entre adolescentes com transtornos por uso de substâncias psicoativas atendidos	Rogério Shigueo	USP	São Paulo	2006
Estudo dos níveis motivacionais em relação ao uso de substâncias psicoativas e a espiritualidade	Angelica Martins de	USP	São Paulo	2008
Evidências de validade da escala de auto-eficácia para abstinência de drogas (EAAD) e da escala de tentação para uso de	Suzana Dias Freire	PUCRS	Porto Alegre	2009
Fatores associados a soropositividade para Hepatite C entre usuários dos centros de testagem e aconselhamento	Kátia Biscuola de	UFBA	Salvador	2008
Fatores associados e a dinâmica progressiva no uso de drogas lícitas e ilícitas entre jovens no sul do Brasil	Rodrigo Sinnott Silva	UCPEL	Pelotas	2008
Fatores de risco para a infecção pelo vírus da AIDS entre usuários de drogas endovenosas da região de Campinas, São	Maria Patelli Juliani	UNICAMP	Campinas	1992
Fatores preditivos de aderência no tratamento de usuários de maconha	Fabiana Andrioni de	UNIFESP	São Paulo	2011
Filhos dependentes e pais penalizados: fenomenologia da drogadição em cocaína	Annelize Lisita Moreira	UCG	Goiânia	2008
Habilidades sociais em adolescentes usuários de maconha	Márcia Fortes Wagner	PUCRS	Porto Alegre	2007
Histórias da periferia: a maconha no mundo de jovens estudantes de uma escola pública de São Paulo - Uma análise	Fernanda de Camargo	PUCSP	São Paulo	2006
Ideação suicida e alterações cognitivas e emocionais em dependentes de substâncias psicoativas	Antoniéle Stephanus	UNISINOS	São Leopoldo	2010
Jovens de Santo André, SP, Brasil: Um estudo sobre valores em diferentes grupos sociais	Sheila Aparecida	USP	São Paulo	2010
Jovens estudantes: interdição e inserção no consumo de substâncias psicoativas	Maria do Carmo Canto	UCG	Goiânia	2003
Levantamento das denúncias de violência familiar nas Delegacias de Defesa da Mulher do município de São Paulo: um	Luciana Pereira Augusto	UNIFESP	São Paulo	2010
Mais além dos paraísos artificiais : a identidade das toxicomanias na sociedade contemporânea	Diogo Silveira Mendonça	PUC-Rio	Rio de	2009
Motivação para o uso de drogas	Irinéa Nunes Almeida	PUCSP	São Paulo	1981
Mulheres convivendo com drogas: vulnerabilidade e representações sobre AIDS	Jeane Freitas de Oliveira	UFBA	Salvador	2001
Negligência na infância em usuárias de crack: estudo longitudinal sobre a gravidade da abstinência e sintomas	Ingrid D'Avila Francke	PUCRS	Porto Alegre	2012
O ensino do fenômeno das drogas na Faculdade de Enfermagem da UERJ: estratégias pedagógicas desenvolvidas pelos	Halyne Limeira	UERJ	Rio de	2008
O imaginário sobre drogas na formação docentes: o que se sabe, o que se fala e o que se faz	Christiane Moema Alves	UFMS	Santa Maria	2007
O lugar do pai na família do dependente de drogas	Rejane Sousa Sampaio	PUC-Rio	Rio de	2006
O oficiar como possibilidade de exercício da cognição enativa	Graziela Pereira Lopes	UFRGS	Porto Alegre	2009
O poder de recuperação em uma família co-dependente do álcool	Alda Cristina Duarte	PUCSP	São Paulo	2005
O processo de contato com drogas: uso e abuso, sentido e lugares	Adroaldo Bittencourt	UCDB	C Grande	2007
O sentido das drogas para adolescentes em situação de rua	Ana Silvia Ariza de	PUCSP	São Paulo	2001
O sujeito e as drogas: marcas identitárias e contemporaneidade	Roberta Vial Giacobone	PUCRS	Porto Alegre	2012
O uso da cannabis sativa (maconha) pelo filho e suas repercussões nas relações familiares	Renata Torres da Costa	UNICAP	Recife	2005
O vínculo por um fio : a toxicomania como objeto transicional	Fabio Pereira Alves	UCG	Goiânia	2005
Os sentidos das drogas na sociedade contemporânea: ecos entre os jovens e a família	Marlene Barreto Santos	UCSAL	Salvador	2007
Padrão de codependência e prevalência de sintomas psicossomáticos	Maria Aparecida	FAMERP	S. J. R. Preto	2005
Padrão de consumo e evolução para dependência de pacientes internados por uso de crack	Rogério Gonçalves do	UCPEL	Pelotas	2011
Paixão e droga como vínculos patológicos : um estudo psicanalítico sobre a relação de dependência entre sujeito e objeto	Antonieta Lira e Silva	UNICAP	Recife	2005
Percepções de jovens usuários e não usuários de drogas sobre a escola e a família	Sidnei Barbosa Ferreira	UCB	Brasília	2010
Pesquisa de alterações cardiovasculares e caracterização de pacientes usuários e ex-usuários de cocaína e/ou derivados	Daniela Camargo de	UNICAMP	Campinas	2006
Pharmakon: a química e a magia : indivíduo, sociedade e substâncias psicoativas: uma relação em análise	Francisco Inácio	UERJ	Rio de	1987
Poeira de estrelas: símbolos e discursos entre usuários de drogas e seus terapeutas em Recife	Roberto Pacheco	UFPE	Recife	2004
Práticas educativas parentais e dependência química na adolescência	Carla Zart Broecker	PUCRS	Porto Alegre	2006

Práticas educativas parentais em dependentes químicos	Walter Eduardo	PUC-	Campinas	2008
Prevalência do consumo de drogas psicotrópicas entre adolescentes do Ensino Fundamental e Médio do município de	Silvia Mara Pagliuzo	UnB	Brasília	2009
Prevalência e fatores de risco para a infecção pelo HTLV-I/II em um grupo de pacientes infectados pelo HIV-1 de duas	Walter Kleine Neto	USP	São Paulo	2007
Prevenção ao uso e abuso de drogas: um recorte na história intelectual da enfermagem	Telma Eliane Garcia	UNICAMP	Campinas	2002
Primeiro perfil do usuário de "êxtase" (MDMA) em São Paulo	Stella Pereira de	USP	São Paulo	2000
Programa de gestão em farmácia pública - módulo saúde mental: ferramenta gerencial para a assistência farmacêutica	Gustavo Modesto de	UERJ	Rio de	2010
Psicodinâmica de usuários de drogas: contribuições da avaliação psicológica	Rodrigo Cesar Martins	USP	São Paulo	2003
Que lugar para as drogas no sujeito? Que lugar para o sujeito nas drogas? : uma leitura psicanalítica do fenômeno do uso	Cynara Teixeira Ribeiro	PUCSP	São Paulo	2008
Questionário sobre o consumo de álcool e drogas entre profissionais de saúde: um estudo exploratório	Patrícia Rodrigues da	UERJ	Rio de	2010
Reflexões sobre a crise socioambiental: uma analogia entre o consumismo e a drogadição	Claudio Roberto Porta	UNICAMP	Campinas	2012
Relações familiares e sua influência no consumo de álcool e outras drogas e no tratamento de mulheres	Ana Paula de Araújo	UCB	Brasília	2010
Resiliência e uso de drogas: Como a resiliência e seus aspectos se relacionam aos padrões no uso de drogas por	Tatiana de Castro Amato	UNIFFESP	São Paulo	2010
Significações psicológicas sobre a adesão ao tratamento ambulatorial de mulheres dependentes de substâncias	Dione Viegas de Almeida	UNICAMP	Campinas	2009
Sintomas depressivos em adolescentes usuários e não usuários de maconha	Tânia Moraes Ramos	PUCRS	Porto Alegre	2006
Sociabilidades e hedonismos: etnografia entre jovens usuários de substâncias psicoativas sintéticas Fortaleza Ceará	Jaína Linhares	UFRN	Natal	2009
Terapia comunitária: bases teóricas e resultados práticos de sua aplicação	Liz Verônica Vercillo	PUCSP	São Paulo	2006
Toxicomania na psicose : os usos que o psicótico faz da droga	Helena Greco Lisita	UFMG	B Horizonte	2010
Trajetória dos adolescentes usuários de drogas em um serviço especializado: do primeiro uso ao tratamento	Gabriela Pereira Vasters	USP	São Paulo	2010
Trajetórias e rotina de prisioneiras por tráfico de drogas : autoras e coadjuvantes	Janete Brígida Biella	UFSCAR	São Carlos	2007
Trajetórias e usos de crack : estudo antropológico sobre trajetórias de usuários de crack no contexto de bairros populares	Patrícia Melotto	UFRGS	Porto Alegre	2009
Transtorno de estresse pós-traumático associado ao abuso e dependência de álcool e drogas: estudo de uma amostra da	Heloísa de Souza Dantas	USP	São Paulo	2009
Um supereu que não se diluiu : uma investigação sobre as relações do supereu com as toxicomanias	Anderson Nazareno	UFMG	B Horizonte	2007
Uma genealogia do jovem usuário de crack : mídia, justiça, saúde, educação	Douglas Casarotto de	UFSM	Santa Maria	2009
Uso de "drogas", marcadores sociais e corporalidades : uma perspectiva comparada	Taniele Cristina Rui	UNICAMP	Campinas	2007
Uso de drogas : do senso comum às percepções dos operadores do direito na área criminal	Pollyanna Maria da Silva	PUCRS	Porto Alegre	2008
Uso de drogas e estilos parentais percebidos na adolescência	Aline Eymael Domingues	UFRGS	Porto Alegre	2011
Uso de drogas entre estudantes universitários	Helena Demétrio	UCDB	C Grande	2003
Uso de solventes por crianças e adolescentes em situação de rua no Distrito Federal	Amanda do Nascimento	UnB	Brasília	2009
Uso problemático de álcool e outras drogas em moradia estudantil: conhecer para enfrentar	Marília Rita Ribeiro	USP	São Paulo	2007
Violência intrafamiliar: um estudo com mães agressoras usuárias de álcool e drogas	Daniela Borges Bittar	USP	São Paulo	2010
Violência: drogas e aspectos emocionais dos apenados do presídio de São Leopoldo	Gislaine Cristina Pereira	UNISINOS	São Leopoldo	2009